

Revista **Aeronáutica**

ISSN 0486-6274

Número **290**
2015



PRESIDENTE

Maj Brig Ar Marcus Vinicius Pinto Costa

1º Vice-Presidente

Brig Int Helio Gonçalves

2º Vice-Presidente

Cel Av Luís Mauro Ferreira Gomes

www.caer.org.br
revista@caer.org.br



ISSN 0486-6274

SUPERINTENDÊNCIAS

Sede Central

Cel Av Pedro Bittencourt de Almeida

Sede Barra

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Sede Lacustre

Cel Int Antonio Teixeira Lima

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente - Ten Brig Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho

CONSELHO FISCAL

Presidente - Maj Brig Int Pedro Norival de Araújo

DEPARTAMENTOS

SEDE CENTRAL

Administrativo/Beneficente

Cel Av João Carlos Gonçalves de Sousa

Cultural

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Comunicação Social

Ten Cel QFO Ana Elisa Jardim de Mattos A. de Melo

Centro de Tecnologia e Informação – CTI

Ten Cel Int Franklin José Maribondo da Trindade

Financeiro

Cel Int Júlio Sérgio Kistemarcher do Nascimento

Jurídico

Dr. Francisco Rodrigues da Fonseca

Patrimonial / Secretaria Geral

Cap Adm Ivan Alves Moreira

Social (Interino)

Cel Av Luís Mauro Ferreira Gomes

SEDE BARRA

Aerodesportivo

Cel Av Romeu Camargo Brasileiro

Esportivo

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Operações

Ten Cel Av José Carlos da Conceição

Assessores

Administração e Pessoal - Cel Av Luiz dos Reis Domingues

Infraestrutura e Especial - Ten Cel Av Alfredo José Crivelli Neto

Financeiro - Cel Av Paulo Roberto Miranda Machado

Aerodesportivo - Loretta Helena Valério Alves

Expediente

Abr. a Jun.

2015

Sede Central

Praça Marechal Âncora, 15

Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021-200

• Tel.: (21) 2210-3212

3ª a 6ª feira de 9h às 12h e 13h às 17h

Sede Barra

Rua Raquel de Queiroz, s/nº

Rio de Janeiro - RJ - CEP 22793-710

• Tel.: (21) 3325-2681

Sede Lacustre

Estrada da Figueira, nº 1

Arraial do Cabo - RJ - CEP 28930-000

• Tel.: (22) 2662-1510

REVISTA DO CLUBE DE AERONÁUTICA

Tel.: (21) 2220-3691

Diretor e Editor

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Conselho Editorial

Maj Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa

Brig Int Helio Gonçalves

Cel Av Luís Mauro Ferreira Gomes

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Jornalista Responsável

J. Marcos Montebello

Produção Editorial e Design Gráfico

Rosana Guter Nogueira

Produção Gráfica

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

Revisão

Dirce Brízida

Secretárias

Juliana Helena Abreu Lima

Gabriela da Hora Rangel

Isis Ennes Pestana Santos

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.



Wingsuit,
modalidade do
paraquedismo

Índice

4 MENSAGEM DO PRESIDENTE
Maj Brig Ar Marcus Vinicius Pinto Costa

6 NOTÍCIAS DO CAER
Redação

10 UMA INTERPRETAÇÃO CONVENIENTE
Ives Gandra da Silva Martins
Jurista

12 SOBERANIA NACIONAL
Denis Lerrer Rosenfield
Filósofo

14 MARXISMO E SEGURANÇA
Edgard Leite
Historiador

16 DUPLICIDADE MORAL
Demétrio Magnoli
Sociólogo

18 ACERTANDO AS CONTAS COM
O PATRIMONIALISMO
Ricardo Vélez Rodríguez
Filósofo

20 NA INDÚSTRIA DA BONDADE
NÃO TEM CRISE
Guilherme Fiuza
Jornalista

22 O PENSAMENTO BRASILEIRO
E AS CONSTITUIÇÕES
Brig Ar Tarso Magnus da Cunha Frota

24 DA ANTIGA À NOVA GLOBALIZAÇÃO
Manuel Cambeses Júnior
Cel Av

26 GOVERNABILIDADE, GOVERNANÇA
E ENTROPIA SISTÊMICA
Afonso Farias de Souza Jr.
Cel Int

28 O DESAFIO DO ESPAÇO
Gil Nunes Maciel
Ten Cel Méd

Baixe um leitor de **QR code**
em seu celular, fotografe
o código ao lado e você
poderá ler, fazer *download*
ou compartilhar esta
revista pela internet.

31 DEFESA NACIONAL
Rubens Barbosa
Embaixador

32 ONDE FICAM AS LATRINAS???

Helio Perez
Cel Av

34 MINUTOS APAVORANTES
Ten Brig Ar Sergio Pedro Bambini

36 FIRME AO LEME,
COMANDANTE ROSSATO!
Luiz Nogueira Galetto
Cel Av

39 DECOLAGEM MONOMOTOR
DE IPIRANGA
Luiz Carlos Rodriguez Rodriguez
Cel Av

42 UMA MISSÃO “MINUCIOSAMENTE
PLANEJADA”
Raul Galbarro Vianna
Cel Av

44 RIO ANTIGO VISTO DE CIMA
Renato Grendelle
Jornalista

46 TRANSPLANTE DE FEZES
CONHEÇA A IMPORTÂNCIA DO MICROBIOMA
DE SEU INTESTINO
Maj Brig Méd Ricardo Luiz de G. Germano

48 DIGNIDADE
OU DE COMO NOSSOS POLÍTICOS CONSEGUIRAM
CONTESTAR O FILÓSOFO IMMANUEL KANT
Jobert Rocha
Economista

50 EMANCIPAÇÃO DA POLÍTICA
Cristovam Buarque
Professor

Maj Brig Ar Marcus Vinicius Pinto Costa
Presidente do Clube de Aeronáutica

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Estimados Associados,

Algumas obras são obrigatórias, como o reparo da estrutura dos deques, danificadas pelo tempo, outras eletivas, como a Academia e o embelezamento e a melhoria das instalações do Deque das Turmas. Por que fazê-las, então, principalmente, as de menor urgência? Foi esse o dilema que tivemos de resolver. Em busca da solução, consideramos dois fatores:

Primeiro, a situação era muito favorável, em função da aproximação das Olimpíadas, e tínhamos propostas de contratação das facilidades das Sedes Central e da Barra da Tijuca,

em condições muito animadoras, mas que exigiam forte elevação de nível dos serviços prestados;

Todos os possíveis transtornos se tornariam aceitáveis, quando se olhasse para o futuro e se percebessem os extraordinários benefícios que elas trariam.

Assim, na Sede Central, além da recuperação estrutural dos deques, do fechamento do Deque das Turmas com paredes e teto transparentes e da instalação de uma moderna academia de ginástica, dotada dos equipamentos tradicionais e de sauna, ofurô e spa, também estão sendo reformados os banheiros e instalado o serviço de Internet sem fio em todo o Clube.

Terminadas essas obras, será iniciada a reforma da fachada do Clube e da entrada do Hotel de Trânsito.

Na Sede da Barra da Tijuca, já foi concluída a duplicação do Birutinha e será iniciada a construção de um Ginásio, de uma pista de atletismo e de dois campos de futebol olímpicos, com o apoio do Comitê Olímpico Brasileiro.

Estamos, ainda, tratando de obter a homologação da pista de pouso, para, em seguida, procurarmos equacionar a situação das aeronaves já estacionadas, com a construção de dois hangares, usando recursos do próprio Clube, para abrigá-las.

O incômodo causado aos sócios

foi agravado pela coincidência com a chegada das obras da Prefeitura à área da Praça Mal. Âncora, na qual ficam, o Clube de Aeronáutica, o III Comando Aéreo Regional (III COMAR) e o Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER).

Essa conjunção de obras fez com que fosse, seriamente, dificultado o acesso ao Clube, que passou a ser feito pela entrada principal do III COMAR. Com a redução drástica da frequência aos eventos socioculturais, a Administração viu-se obrigada a tomar medidas racionalizadoras, para controlar o déficit crescente.

Assim, foram canceladas todas as atividades sociais do mês de julho e,

a partir de agosto, feitas alterações na forma de pagamento e programados, em caráter experimental, apenas quatro eventos: a Seresta, o Bingo do Dia dos Pais, o Baile da Idade Feliz e o tradicional Baile de Aniversário do Clube.

Por tudo isso, pedimos a compreensão dos nossos sócios e encarecemos que não abandonem o seu Clube por conta do desconforto transitório. Não deixem de frequentar as nossas instalações e as nossas atividades. O transtorno é passageiro e logo passará, quando voltaremos a privilegiar as atividades socioculturais, razão de ser do nosso Clube.

Mas, acredite, estimado Sócio, o Clube continua a ser, como sempre foi e será, a sua casa, a continuidade da sua vida na Força Aérea.

É a sua presença que nos animará a conjugar todos os nossos esforços para fazer o melhor para todos, agora, como farão, no futuro, os sócios que nos sucederem ■

**“MACTE ANIMO! GENEROSE PUER,
SIC ITUR AD ASTRA”.**



70 ANOS DA VITÓRIA DA FEB E DO FIM DO HOLOCAUSTO E 159 ANOS DO NASCIMENTO DO MAL RONDON

Luís Mauro Ferreira Gomes
Cel Av
2º Vice-Presidente do Clube de Aeronáutica

Havia, no Clube de Aeronáutica, o sentimento de que alguns fatos relevantes para as Forças Armadas brasileiras não estavam sendo comemorados, neste ano, em nível compatível com os seus significados.

Não se poderia deixar de enaltecer o heroísmo de brasileiros de todas as idades, muitos com apenas 18 ou 19 anos, que deixaram o conforto de seus lares e foram lutar pela liberdade e pela democracia em terras distantes. Apesar das condições climáticas muito adversas, até então, desconhecidas, e da inferioridade de meios, conseguiram vitórias expressivas, de grande importância para o sucesso da campanha.

Tampouco se poderia esquecer o extraordinário valor das ações do Marechal Rondon para a integração nacional e para melhorar as condições de vida de nossos indígenas, quando se comemoram os 150 anos de seu nascimento.

Assim, quando o Presidente da Academia Brasileira de Filosofia (ABF),



Da esquerda para a direita, Brig Int Helio Gonçalves, Jards Macalé, Maj Brig Vinicius, Cel Av Luís Mauro, Gilberto Gil e Cel Ana Elisa



Presença da Banda do 1º Batalhão de Guardas executando o Hino Nacional

Prof. Dr. João Ricardo Moderno, nos disse que alguns músicos de grande destaque no meio artístico brasileiro, coordenados por Jorge Mautner, desejavam realizar um Show de Música Popular Brasileira para comemorar esses eventos, como, também, os 70 anos do fim do Holocausto, imediatamente, trabalhamos para colocar o Salão Marechal Ivo Borges e as facilidades do Clube de Aeronáutica à disposição do Grupo.

Além da ABF, contamos também com o apoio da Academia Brasileira de Defesa (ABD) e do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES).

Em que pese o pouco tempo que tivemos para organizá-lo, o Show teve grande sucesso e excelente repercussão, principalmente, na mídia.

O evento contou, em sua abertura, com a apresentação da Banda do 1º Batalhão de Guardas, que brindou a todos com o Hino

Nacional Brasileiro e a Canção do Expedicionário. Tivemos, ainda, a presença dos lanceiros do 2º Regimento de Cavalaria de Guardas, Regimento Andrade Neves, também com seus uniformes históricos, o que deu à solenidade a importância que o momento requeria. Somos, por isso, muito agradecidos ao Comandante do Comando Militar do Leste, General de Exército Fernando Azevedo e Silva.

Foi inesquecível a apresentação de Jorge Mautner, Gilberto Gil, Jards Macalé e Bem Gil, além dos Cantores do Vidigal e do Grupo Afrolata, que proporcionaram aos que compareceram uma agradável noite cultural. A todos os músicos que participaram, o reconhecimento emocionado do Clube de Aeronáutica.

O renomado artista Caetano Veloso estava em São Paulo para o encerramento da Virada Cultural, mas, esteve presente no citado evento musical, com a projeção do primoroso videoclipe gravado por ele e Jorge Mautner, na Base Aérea dos Afonsos e na Academia da Força Aérea.

Essa apresentação musical no Clube de Aeronáutica marcou o reencontro dos militares brasileiros com os nossos artistas que, como nós e todos os verdadeiros brasileiros, querem o melhor para o Brasil.

Os links abaixo remetem à matéria da TV Globo sobre o evento e ao referido videoclipe:

<https://www.dropbox.com/s/smuxoofwm3qhvfv/CAer%20Show%20de%20MPB%202020-06-2015.0002.mp4?dl=0>; e

<https://www.dropbox.com/s/ut6ujjzitu6jxl9/Caetano%20Veloso%20e%20Jorge%20Mautner%20-%20Todo%20Errado%20%28HD%29%20-%20YouTube.mp4?dl=0>.

NOVAS INSTALAÇÕES DO CEU

No dia 27 de agosto às 11 e meia da manhã, como parte das comemorações dos 71 anos do Hospital Central da Aeronáutica, o HCA inaugurou as novas instalações do Centro de Endourologia. Com esse empreendimento, o HCA aperfeiçoa o atendimento urológico, proporcionando ao paciente maior modernidade e tecnologia nos tratamentos. O novo ambiente também propicia mais conforto e comodidade para quem é atendido na especialidade, maior adequação do espaço, com salas mais amplas, modernas e individualizadas, sendo três consultórios, sala de litotripsia, sala de exames e sala de procedimentos urológicos, além de outras ambientações administrativas.

A cerimônia foi presidida pelo Ten Brig Ar Rafael Rodrigues Filho, Comandante do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), e contou com a presença do Maj Brig Med Jorge Marones de Gusmão, à época Diretor de Saúde da Aeronáutica; bem como de várias autoridades, entre Oficiais-generais da Saúde da Aeronáutica, ex-Diretores de Saúde e do Hospital Central da Aeronáutica. Descerraram a fita inaugural o Maj Brig Marones; o Brig Bencardino; o Brig Méd Armando Celente Soares, Diretor do HCA; o Brig Méd R1 Mello, Coordenador Técnico da Urologia, e a Sra. Marília Rebello, que este ano completa 60 anos trabalhando no HCA. O CEU, além da nova ambientação, ganhou uma logomarca que expressa, através do seu design, a modernidade que, a partir de agora, define o padrão de atendimento e tratamento oferecido.



Da esquerda para a direita, Brig Méd Bencardino, Maj Brig Marones, Brig Méd Soares, Marília Rebello e o Brig Méd Mello

A clínica de Urologia do HCA está em funcionamento desde 1947, cinco anos após a criação do hospital, sendo um marco no tratamento da saúde do Homem na Força Aérea Brasileira. Acompanhando a evolução tecnológica, em 29/12/1987, foi implantado o aparelho Litotriptor da EDAP por ondas de choque, mais moderno no tratamento dos cálculos urinários daquela época. Com o aumento das necessidades de melhorar o atendimento, foi criado, em 14/03/1994, o Centro de Endourologia, um centro onde são realizados todos os procedimentos urológicos e com o mais novo aparelho litotriptor EDAP CT-02, considerado o mais moderno de litotripsia para fragmentação de cálculos renais através de "ondas de choque". O sonho de crescer não pode parar, a modernização está em nossas portas, enriquecer o lado científico em congressos e jornadas é mandatório, e nada melhor do que começar o século XXI com um novo Centro Endourologia, todo remodelado e com equipamentos de ponta para melhor servir ao usuário de nosso sistema.



O grupo Afrolata coordenado por Jorge Mautner, ao centro

NOTÍCIAS

do CAER

EVENTO CULTURAL EM SÃO PAULO

Luís Mauro Ferreira Gomes

Cel Av

2º Vice-Presidente do Clube de Aeronáutica

Em meio a esta fase dolorosa de negação da vida sociocultural e de incerteza e insegurança generalizadas, encontrei grande alento ao comparecer à abertura da exposição do Coronel Araken Hipólito da Costa na Galeria de Arte Canvas, em São Paulo, no dia 30 de maio, deste ano.

Preocupado em não me atrasar, terminei por chegar muito cedo, quando somente estavam, na Galeria, o tio do expositor, Dr. Renato Ramalho, e sua esposa. Depois de cumprimentá-los, tive a oportunidade de examinar todos os quadros e esculturas com muita atenção, “sem ninguém que pudesse perturbar minha ventura”, como bem disse J. G. de Araújo Jorge.

Antes de prosseguir, um esclarecimento: não sou crítico de arte nem tenho vocação para isso.

Assim, falarei das minhas emoções, sem qualquer preocupação com técnica ou pretensão acadêmica.

O Coronel Araken é um dos artistas mais criativos que conheço. Sempre fiel à sua estética, renova-se a cada exposição: variam completamente o grau de abstração de seus trabalhos eo tema escolhido, mas percebe-se a grande coerência das ideias propostas e da mensagem que cada um capta ao vê-las, assim com a beleza plástica das criações.

Fascinado pelas cores, sabe usá-las na medida certa, nem mais, nem menos do que o necessário, para nos atingir profundamente, sem, nem de leve, produzir qualquer agressão.

Passeando entre os quadros e as esculturas, olhando-os de vários ângulos, aproveitando o tempo disponível, sentia-me comose recebesse do autor, a cada instante, mensagens pessoais, traduzidas em sentimentos, que me pareciam muito verdadeiras e únicas, mesmo sabendo que cada um dos presentes desenvolveria suas próprias emoções a partir dos mesmos estímulos.



Gostei imensamente de todas as obras, mas uma me conquistou completamente, por sua grande intensidade e rara beleza, conseguidas com uma simplicidade, que a valoriza ainda mais.

Se eu tivesse, em minha casa, uma parede livre digna do “Barroco” iria querer tê-lo sempre a meu lado.

Estiveram presentes à abertura da exposição, o Comandante do IV Comando Aéreo Regional, Maj Brig Ar Damasceno, Maj Brig Ar Vinícius, Maj Brig Ar Walacyr, Maj Brig Ar Bellon, Cláudio Tozzi, Benjamin Fernandes, entre outros.

Na noite daquele sábado, fomos, ainda, comemorar o aniversário do expositor na Cantina do Piero, excelente restaurante, onde deixamos nossas dietas de lado e comemos pra-

tos deliciosos, e degustamos excelentes vinhos, sem culpa, porque se tratava de uma boa causa.

Momentos como esse que o Coronel Araken nos proporcionou servem para nos desviar das dificuldades que nos criam no dia-a-dia e, mesmo que algumas insistam em nos acompanhar, mesmo quando fugimos para São Paulo, ao voltamos, sentimo-nos revigorados, na certeza que valeu cada segundo que vivemos naquele sábado.

Um colega de Turma Coronel Edison Campos Reis costuma dizer: “Enquanto houver bacalhau e vinho, haverá vida”, com o que concordo inteiramente, mas acrescento: enquanto houver exposições como as do Coronel Araken, valerá a pena viver, por mais decepções que vida nos possa trazer.

Parabéns, Araken!

NOVO PRESIDENTE DO CEBRES

No dia 18 de junho, ocorreu no salão de eventos do Clube de Aeronáutica a passagem da Presidência do CEBRES (Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos).

O Presidente anterior, Maj Brig Ar Oswaldo Terra de Faria, passou a posição para o Primeiro Vice-Presidente do CAER, Brigadeiro Helio Gonçalves.

Em seu discurso de posse, o agora Presidente do CEBRES, Brigadeiro Helio Gonçalves exaltou os feitos do líder anterior e frisou que o trabalho continuará a ser feito de forma organizada e responsável com sempre foi. Além dos elogios desferidos pelo Brigadeiro, ele agradeceu a todos pela presença e em especial à mesa de autoridades que contou com figuras ilustres como o Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista, ex-Comandante da Aeronáutica, ex-Presidente do Clube de Aeronáutica e ex-Presidente do Conselho Fiscal.

A mesa também foi composta pelo ex-Presidente do CEBRES, Maj Brig Ar Oswaldo Terra de Faria, Ten Brig Ar José Américo e com o Presidente do Clube de Aeronáutica Maj Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa. Durante a solenidade a nova Presidência assinou o livro de posse, inclusive o segundo Vice-Presidente do CAER, Cel Av Luís Mauro como Vice-Presidente do CEBRES.

Após a solenidade todos se dirigiram a um coquetel de comemoração no Salão Nero Moura. O Brigadeiro Helio Gonçalves, empossado Presidente, agradeceu a todos pela presença e em especial à família que tanto o ajudou na carreira militar.



Da esq. para dir., Ten Brig Ar José Américo, Maj Brig Ar Terra de Faria, Ten Brig Ar Baptista, Brig Int Gonçalves e Maj Brig Ar Vinícius

ESCOLA DE EQUITACÃO CENTAURO, ORGULHO DA SEDE BARRA



O Clube de Aeronáutica possui, em sua Sede na Barra da Tijuca, uma escola de equitação. O esporte é muito procurado pelos Sócios e não Sócios do Clube devido ao bom desempenho da escola no círculo hípico.

A Equipe Centauro Equitação brilhou no mês de junho ao arrecadar prêmios em diversas categorias e se tornar uma das maiores vencedoras em Escolas de Equitação na Federação de Equitação do Estado do Rio de Janeiro.

Na disputa do Campeonato Estadual de Escolas, ocorrido nos dias 27 e 28 de junho, no Centro Hípico Sapucaia, nossa Escola participou brilhantemente com 25 conjuntos nas provas de 0,40m, 0,60m, 0,80m e 0,90m, sendo campeã na prova de 0,40m, campeã e vice-campeã na prova de 0,80m e campeã e vice-campeã na prova de 0,90m.

Foi uma excelente participação da Escola no Campeonato Estadual de Salto. O Clube parabeniza Giovanna Bengaly, campeã Mini Mirim, Mell Eckman, vice-campeã Mini Mirim, Julia Bianchi – Mini Mirim, Fred Baptista – Amador A e Rubem Araujo – Amador B Master B.

Isabela Kim e Vitória fizeram uma excelente apresentação, garantindo o 1º lugar da prova de 0,60m! Em 0,80m, Julia Lima classificou-se como CAMPEÃ e VICE CAMPEÃ da prova, com os cavalos Centauro Fair Play e Top Jump.

Na categoria preliminar, Juliana Soska foi campeã nos 0,80m e ficou em 3º lugar com 34 pontos na 0,60m montando Vaidosa, representando a Escola de Equitação Centauro, orientada por Taina Lemos.

Interessados em fazer parte da Escola de Equitação Centauro podem entrar em contato com o Clube de Aeronáutica - Sede Barra para obter mais informações.





UMA INTERPRETAÇÃO CONVENIENTE

Ives Gandra da Silva Martins

Jurista

Professor emérito da Faculdade Mackenzie, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e Superior de Guerra (ESG) e membro da Academia Brasileira de Filosofia

martins.ivesgandra@gmail.com

O Ministro Celso de Mello, ao interpretar o § 4º do artigo 86 da Constituição Federal, assim redigido: “§ 4º – O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções”, declara que: “a norma consubstanciada no artigo 86 § 4º da Constituição, reclama e impõe, em função de um caráter excepcional, exegre estrita, do que deriva a sua inaplicabilidade a situações jurídicas de ordem extrapenal (Inq 672-QQ, DJ 16/04/93). Por esta razão, entende que o presidente “não dispõe de imunidade, quer em face de ações judiciais que vierem a definir sua responsabilidade civil, quer em função de processos instaurados por suportar prática de infrações político-administrativas”. E conclui “A CB não consagrou, na regra pactuada em seu artigo 86 § 4º, o princípio da irresponsabilidade penal absoluta do presidente da República”.

Tais considerações preliminares, eu as faço em face do arquivamento de qualquer investigação sobre a Presidente Dilma, pelo Ministro Teori Zavaski, a pedido do Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, no processo sobre o assalto à Petrobras, NADA OBSTANTE TER SIDO CITADA 11 VEZES, segundo informou à plateia, o Senador Ronaldo Caiado, após palestra que proferi na FIESP (Consea), sobre “culpa grave” como crime de improbidade administrativa.

Mostrei, naquela ocasião, que o Superior Tribunal de Justiça em dois casos, no RECURSO ESPECIAL Nº 816.193 - MG (2006/0015183-8) e no AgRg no AGRADO DE INSTRUMENTO Nº 1.375.364 - MG (2010/0222887-9), decidiu que imprudência, negligência, imperícia ou omissão que provoquem grave lesão ao patrimônio público, constituem crime de improbidade administrativa, mesmo que o chefe do executivo não tenha se beneficiado, pessoalmente, do desvio de recursos das burras oficiais.

Ora, o § 4º, do artigo 86, da CF está subordinado à introdução do artigo que

declara: “admitida a acusação contra o Presidente da República....”, o que pressupõe que investigações preliminares sejam feitas, para que a acusação se concretize, visto que SEM INVESTIGAÇÃO NÃO PODE HAVER ACUSAÇÕES.

A investigação criminal é fundamental para definir se há ou não crime de improbidade. Não é possível, portanto, haver declaração de imunidade prévia, sem qualquer exame anterior. No caso da Presidente Dilma, ela foi citada 11 vezes como conhecedora dos fatos que continuam sendo desventrados, de uma prática em que não se conhece a data de encerramento. E durante o período em que ocorreram os fatos já apurados, manteve a diretora e depois presidente da companhia, Graça Foster, NO ANTERIOR E NO ATUAL MANDATO, até fevereiro de 2015. É, pois, fundamental que se investigue até mesmo para que se saiba se há outras pessoas envolvidas ligadas à primeira mandatária.

Afastar da mera investigação personagem essencial do governo em que se deram os desvios mencionados, é prejudicar a própria apuração, não se permitindo sequer provar a inocência da presidente, que seria sempre seu melhor salvo conduto para a continuidade na vida pública. É que a não investigação, nada obstante citada 11 vezes como conhecedora do saque à Petrobras, sempre deixará a impressão de que foi responsável e beneficiária do esquema montado na maior empresa estatal brasileira.

Investigação não significa condenação. O *impeachment* não pode ser realizado por fatos anteriores ao atual mandato, mas se houve ou não contaminação de um mandato ao outro só se poderá saber, após as investigações. Por isto, o § 4º estabelece que o presidente não pode ser responsabilizado, mas, à evidência, não diz que não pode ser investigado. Como afirmou o Ministro Celso de Mello, sendo regra excepcional de imunidade, a interpretação que se impõe é SEMPRE ESTRITA E LIMITADA.

A investigação é necessária até porque

há suspeita de que toda a campanha da presidente do primeiro para o segundo mandato deu-se com o dinheiro recebido das empreiteiras envolvidas na operação Lavajato. Sua vitória, alicerçada em campanha milionária, na qual os dados sobre a economia foram fantasticamente manipulados, restaria maculada, a justificar seu afastamento.

Ao interpretar o § 4º e o artigo 86 da CF, nos Comentários à Constituição do Brasil que elaborei com Celso Bastos pela Editora Saraiva (15 volumes e mais de 12.000 páginas), falo em condenação, mas não digo que a “investigação” do envolvimento seja proibida, até mesmo para determinar o prazo inicial e final da prática delituosa. Investigação, repito, não é condenação. Após apurados os fatos, eventual processo de *impeachment* perante o Congresso, não pode ter por fundamento ilícitos anteriores ao mandato em curso.

Por fim, lembro que muitos constitucionalistas americanos, ao examinarem a emenda que propiciou apenas uma reeleição à presidência, entendem que, nos Estados Unidos, elege-se um presidente por 8 anos, tendo o povo o direito de confirmar ou não sua permanência no 4º ano. Por esta razão, é que raramente um presidente, eleito no primeiro mandato, não mantém seu mandato no segundo quadriênio.

Termino este artigo com a observação de que, apesar do respeito e admiração que tenho pelo Ministro Teori Zavaski e pelo Procurador Geral da República, é de se reconhecer que o pedido de arquivamento de QUALQUER INVESTIGAÇÃO, APESAR DE INDÍCIOS CONSTANTES NAS APURAÇÕES FEITAS, aceito pelo STF, afastou o desconforto de aquela Corte ter que julgar a chefe de um outro Poder. Mas, se ela for inocente, permanecerão, infelizmente, as suspeitas de ter tido conhecimento do que ocorria nos porões da empresa enquanto era gestado, segundo o “New York Times”, o maior escândalo de corrupção da história do mundo ■

Denis Lerrer Rosenfield
Professor de Filosofia da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul

SOBERANIA NACIONAL

Não há país que se preze que não tenha um eficiente sistema de defesa de suas fronteiras. Estados que negligenciem esse dado básico das relações internacionais ficam à mercê não apenas de seus vizinhos, mas, sobretudo, no mundo de hoje, do terrorismo e das mais variadas formas de crime, como os de contrabando, tráfico de armas e drogas.

Seria uma grande ingenuidade pensar que se trata de um gasto público inútil, que seria mais bem aproveitado em outras áreas. O que se perde em arrecadação tributária, segurança pública e defesa é algo propriamente inestimável. Só a miopia poderia oferecer uma outra visão da realidade, certamente distorcida.

O Exército Brasileiro, em parceria com a Savis, empresa do grupo Embraer, Defesa e Segurança, e sob a chancela da Vice-Presidência da República, está desenvolvendo e implantando um moderno sistema integrado de monitoramento de fronteiras (Sisfron). O seu projeto-piloto está sediado na cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul, sob a responsabilidade da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada. Deve, a curto prazo, se estender aos estados do Paraná e Mato Grosso. A longo prazo, deverá cobrir todas as fronteiras do território nacional, algo que colocará o país em igual importância com relação aos estados mais desenvolvidos do planeta.

Não sem razão, o Exército considera esse projeto prioritário no sistema de defesa nacional. Está ele voltado para a dissuasão de qualquer inimigo potencial do país, adotando as formas de que este vier a se revestir. Não pode haver complacência no que diz respeito à soberania nacional. O mundo das relações internacionais, do terror e do crime não é uma relação entre

anjos. Mesmo amigos que se respeitem devem contar com suas próprias forças.

Seu objetivo consiste em cobrir uma faixa de fronteira de 16.886 quilômetros, equivalente ao dobro da distância entre Paris e Pequim, correspondendo a uma área de 2.553.000 quilômetros quadrados e englobando 588 municípios e 11 estados. O Brasil é um país continental. O projeto-piloto em andamento corresponde, preliminarmente, a 650 quilômetros, equivalente a uma distância Berlim-Bruxelas.

Nesta faixa de fronteira, em boa parte seca, há problemas recorrentes de contrabando dos mais diferentes tipos, que terminam se estendendo para todo o território nacional. O crime organizado,

quando tolerado, é como uma epidemia que se propaga sem limitações. Por sua vez, o terror, já sabemos, desconhece fronteiras.

Somente uma solução sistêmica e integrada pode dar conta de uma questão efetivamente estratégica para o Brasil. Mesmo nossos estados vizinhos possuem o maior interesse em uma parceria deste tipo. Eis por que tal projeto, sob responsabilidade e liderança do Exército, integra a Polícia Federal, a Receita Federal, a Polícia Rodoviária Federal, as polícias estaduais, civis e militares, o Ibama, a Embrapa, as secretarias da Agricultura, entre outros.

Defesa vem aqui também significar um efetivo sistema de inteligência e de coleta de dados, compartilhado por outros órgãos

estatais. Torna-se, assim, eficaz tanto no controle do gado e da febre aftosa, contribuindo para a vigilância sanitária, quanto de veículos e embarcações, passando por drogas, armas, cigarros, medicamentos e brinquedos. O Sisfron é, neste sentido amplo, um instrumento poderoso de desenvolvimento econômico-social, propiciando um salto tecnológico na defesa militar de nossas fronteiras.

Tal projeto, do ponto de vista tecnológico-militar, inclui sensores (radares móveis e fixos); comunicações dos mais diferentes tipos, inclusive por satélite; veículos aéreos não tripulados (Vants); sistemas de defesa integrados, envolvendo toda uma infraestrutura logística, integrada a uma cadeia

de comando, cujas decisões se tomam no mais alto nível. Note-se que tal equipamento é de conteúdo nacional, em torno de 78%. Defesa nacional exige empresas nacionais, independentes de qualquer processo decisório situado fora do país. Se não for assim, não há soberania nacional!

O tráfico de armas se faz pelas fronteiras, que termina alimentando as favelas brasileiras. Fuzis e pistolas militares ostentados por traficantes e seus militantes, inclusive menores, possuem essa proveniência. Não são comprados em lojas! As drogas que minam a nossa juventude transitam por essas mesmas fronteiras, não sendo eficazmente combatidas.

Tais produtos acompanham o contra-

bando de diversos setores como brinquedos, cigarros, medicamentos, óculos e roupas que, assim, ingressam “livremente” no país, se é que o termo “livremente” tenha aqui a sua expressão adequada. O crime é um sistema de vasos comunicantes! E ingressam sem certificação, sem recolhimento de impostos, com enormes prejuízos para o país, aumentando o nosso desemprego e contribuindo para o fechamento de indústrias e comércios.

Para que se tenha uma melhor ideia da perda de arrecadação de tributos nas três esferas de governo, estima-se em R\$ 100 bilhões o volume anual de contrabando. Em 2014, para dar um exemplo, somente o contrabando de cigarros paraguaios significou uma evasão fiscal de R\$ 4,5 bilhões. E quanto maior for a tributação deste produto, em nome do politicamente correto, maior será o aumento correspondente do contrabando!

Para que se tenha uma ideia ainda mais precisa, o Sisfron exigirá, neste ano, para cobrir Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Paraná, o que se pode bem considerar a modesta cifra de R\$ 220 milhões! Imagine-se o ganho nacional!

Uma eficaz defesa de nossas fronteiras, com a redução do contrabando, além do aumento da arrecadação tributária, significa redução da criminalidade, aumento de empregos, consolidação de empresas no comércio e na indústria e aumento correspondente da segurança pública.

Somente a soberania nacional pode tornar o país respeitado nacional e internacionalmente. Qualquer hesitação em projetos deste tipo não apenas desacreditaria o Exército nacional e as empresas a ele associadas, como poderia comprometer o nosso próprio futuro como nação livre e soberana ■

Defesa de nossas
fronteiras significa
redução da
criminalidade



Marxismo e Segurança

Num artigo anterior, “Marxismo e Lei” (*Revista Aeronáutica*, mar. 2014), discutimos a concepção marxista de crime, que entende a ação criminosa como uma reação a “relações de poder dominantes”. Anotamos que tal abordagem do assunto gera uma visão inconsistente, do ponto de vista moral, sobre o ato criminoso. Seria então legítimo, ou eticamente justificável do ponto de vista político, roubar ou assassinar? Discutimos, então, como tal dimensão teórica estabeleceu de tal forma o saber jurídico socialista que os “Estados operários” acabaram tomando-se Estados criminosos, pois a luta “contra as relações dominantes”, isto é “o domínio da classe burguesa”, justificaria ações criminosas, entendidas como reativas e legítimas.

Não por acaso juristas soviéticos que desenvolveram estudos para teorizar tal aberração, isto é, o próprio fim da ideia de

Lei, acabaram, eles mesmos, como Evgeni Pachukanis, coitado, sendo assassinados por um Estado que tem no crime um dos conceitos fundadores de uma ordem jurídica, tida por revolucionária. Como o crime, em si, repousa sobre razões passionais ou irracionais, era difícil impedir que, dentro de um Estado dotado de imenso poder, a reação às “relações dominantes”, ou burguesas, não tivesse essa mesma dimensão, passional e irracional.

Neste artigo abordaremos um outro aspecto da questão, que é o da segurança, pessoal e pública, como Karl Marx a entendeu.

Num texto intitulado “A Questão Judaica”, de 1843, Marx estendeu-se longamente sobre as questões relativas aos, segundo ele, “chamados direitos humanos”. Naquela época, fazia pouco que as revoluções americana e francesa

tinham estabelecido os direitos individuais como base da estrutura jurídica das sociedades ocidentais. Marx entendeu que o fundamento mais elementar da crítica ao sistema democrático, em desenvolvimento, estava num ataque ao perfil jurídico do sistema, principalmente aos temas ligados à “liberdade de consciência”.

Marx considerou, assim, que, entre os direitos humanos, encontrava-se o da “liberdade de consciência”, principalmente o de “praticar qualquer culto”, “reconhecido, seja como um direito humano, seja como consequência de um direito humano, o da liberdade” e estabeleceu, a seguir, que “a aplicação prática do direito humano da liberdade é o direito humano à propriedade privada”, ou seja, reconheceu que não poderia existir propriedade privada sem que se estabeleça o direito à liberdade de consciência. Pois esta implica a ideia

de que existe algo, a consciência, que só pertence ao indivíduo, e a mais ninguém. Logo, todo direito à propriedade privada deriva dessa preservação sagrada do direito de se pensar o que se quiser pensar e de se ter o domínio absoluto sobre o que se pensa (ou no que se crê).

A partir daí, tudo o que se produz em função desse direito passa a pertencer ao indivíduo de forma absoluta, como modos derivados desse direito essencial, isso é, seus projetos de vida, intenções, objetivos, crenças, que resultam em produções, trabalhos, rendas e salários e bens adquiridos com essas rendas e salários. Tal perspectiva, aliás, tinha sido defendida por John Locke.

Marx sustentou, no entanto, que esse direito, ao invés de se constituir na garantia da liberdade, é, ao contrário, hostil à liberdade de todos, pois se sustenta exclusivamente no “egoísmo do homem (...)”, isto é, do indivíduo voltado para si mesmo, para seu interesse particular, em sua arbitrariedade privada e dissociado da comunidade”. O egoísmo, para ele, seria o fundamento do direito à “liberdade de consciência”, e asseguraria que toda a propriedade externa derivada disso seria uma propriedade egoísta, donde a “sociedade burguesa” e democrática ser egoísta e voltada exclusivamente para o indivíduo. Marx, assim, atacou não apenas o individualismo, mas, moralmente, o “egoísmo” daquele que tem algo - seja uma consciência ou bens adquiridos em função da prática dessa consciência.

Dessa maneira, Marx combateu fundamentalmente aquilo que chamou de “direito ao interesse pessoal”, ou seja, o direito a ter vontades, projetos, perspectivas que fossem exclusivamente pessoais. Neste sentido, investiu contra a intimidade, as inclinações particulares e opiniões reservadas que, por alguma razão, pudessem gerar um interesse “egoísta”.

Desnecessário dizer que, se a ideia de que o crime podia ter alguma legitimidade era uma ideia moralmente absurda, a ideia de que o ser humano não deveria ter “interesses pessoais” era igualmente sem sentido, considerando que as ações humanas, embora inseridas no coletivo, emergem, de forma poderosa, de envolvimento e interesses pessoais.

O pensamento jurídico marxista passou, portanto, a investir não apenas contra o tecido moral da sociedade, mas também contra os fundamentos centrais da identidade do ser humano: pode existir um ser que não tenha qualquer “interesse pessoal”, mesmo que tal interesse seja apenas o da sua própria preservação enquanto criatura viva? De fato, existem, mas esses são os suicidas.

No tema que nos interessa, Marx entende, portanto, as instituições que se voltam para a preservação da ordem social, a polícia, por exemplo, essencialmente como instituições que buscam preservar o “interesse pessoal” ou o “egoísmo”: “o conceito de polícia”, segundo Marx, estabelece que “toda a sociedade somente existe para garantir a cada um de seus membros a conservação de sua pessoa, de seus direitos e de sua propriedade.” E, assim, investe totalmente contra o conceito de “segurança”: “a segurança é o conceito social supremo da sociedade burguesa” ... “o conceito de segurança não faz com que a sociedade burguesa se sobreponha a seu egoísmo. A segurança, pelo contrário, é a preservação deste”.

Podemos entender, assim, o fundamento das críticas marxistas ao conceito de segurança, pessoal ou pública, pois nele os seguidores de Marx encontram o pilar de sustentação dos “interesses pessoais” e do sistema que garante a propriedade privada. Não é de espantar, portanto, que jamais os movimentos políticos de esquerda defendam qualquer ação no sentido

de elaborar políticas eficientes de segurança, na medida em que estas buscam, segundo Marx, assegurar o “egoísmo”, ou o “interesse pessoal”. Ao contrário, os movimentos políticos de esquerda buscam o desmantelamento de qualquer política eficiente nessa área e a desqualificação da polícia.

Se conjugarmos tal perspectiva com a defesa marxista da virtual legitimidade do ato criminoso, podemos perceber que atacar a ideia de segurança é um dos pilares da doutrina de Marx. Atacar o “egoísmo”, ou promover a identificação “altruísta” com o criminoso, movimento de forte apelo moral, é o primeiro passo para tentar destruir qualquer interesse que a pessoa tenha sobre ela mesma e seus objetivos pessoais (que precisam de segurança para ser realizados) e promover a liquidação da sociedade como nós a conhecemos, na medida em que, em seu projeto de sistema, não há Lei nem individualidade.

É evidente que a construção de tal sociedade, como ficou comprovado em tentativas anteriores (URSS, por exemplo), é impossível. Mas a persistente insistência nesse objetivo continua causando danos e mais danos no cotidiano das sociedades, gerando insegurança contínua e permanentes crises morais.

Talvez, tais movimentos (críticos ao ser humano, tal como ele é) sempre tenham existido, de uma forma ou de outra, e sempre se coloquem no futuro, com outros conteúdos teóricos, mas isso não quer dizer que não devamos, os defensores do ser humano, deixar de nos posicionar contra tais proposições suicidas batalhar, de forma contínua, pela defesa da “liberdade de consciência” e de toda a criatividade e riqueza que acompanha o seu exercício ■

Bibliografia: MARX, Karl:
Sobre a Questão Judaica.
São Paulo, Boitempo, 2010.



Demétrio Magnoli
Sociólogo

DUPLICIDADE

“Creio que existe um interesse em ser preso na Venezuela. É uma técnica, é a forma de luta da oposição. Induzem o governo a ultrapassar o limite. Criam uma notável contradição internacional – e esses bobos entram. Eu disse a eles: “É um erro.” O autor da frase é José “Pepe” Mujica, ex-presidente uruguaio e antigo guerrilheiro dos tupamaros. Na opinião dele, as ditaduras de direita surgem do intrínseco autoritarismo da direita – e as de esquerda também. A visita de Lilian Tintori e Mitzzy Capriles ao Brasil evidencia, uma vez mais, o significado desse tipo de duplicidade moral.

Mujica foi preso quatro vezes entre 1970 e 1972, antes de experimentar 13 anos seguidos de encarceramento, durante a ditadura uruguaia. As ações de guerrilha urbana da qual participou aconteceram no governo de Pacheco Areco, que suspendia as garantias constitucionais e preparava a senda para o golpe cívico-militar deflagrado por seu sucessor, Juan Maria Bordaberry, em 1973. Leopoldo López e Antonio Ledezma, maridos de Tintori e Capriles, também foram encarcerados por um regime em trânsito rumo à ditadura. Contudo, o paralelo não se completa: na Venezuela, a oposição não recorre à violência. Quando se recusa a receber Tintori e Capriles, Dilma Rousseff está dizendo que os direitos humanos e as liberdades políticas são valores negligenciáveis para o Brasil.

As acusações que pesavam contra Mujica eram ilegítimas, pois formuladas por um governo que atentava contra as liberdades públicas – mas eram verdadeiras. Os tupamaros, de fato, empenhavam-se na derrubada do governo por meio da força. Os mais de 80 opositores venezuelanos presos, pelo contrário, conclamaram o povo a se manifestar pacificamente pela mudança de governo. Eles estão na cadeia sob acusações fantasiosas, quase oníricas, denunciadas pela Anistia Internacional, pelo Human Rights Watch e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Nem mesmo Mujica, um per-

sonagem incapaz de distinguir algozes de vítimas, contesta a natureza arbitrária dos encarceramentos. Virando as costas para as visitantes, Dilma rebaixa-se ao estatuto de cúmplice dos carcereiros.

Eleições são um pressuposto da democracia, mas não se confundem com ela. Limitando os direitos da oposição, Pacheco Areco e Bordaberry, presidentes eleitos, depredavam a democracia uruguaia. Na Venezuela, Hugo Chávez e seu sucessor, Nicolás Maduro, subordinaram o Judiciário à vontade do Executivo, abolindo, na prática, o sistema de separação de poderes. Mujica imputa aos opositoristas a responsabilidade pelos encarceramentos deles mesmos, que se sustenta, exclusivamente, sobre a destruição da independência dos tribunais. O governo brasileiro escuda-se no princípio da soberania venezuelana para silenciar diante das prisões arbitrárias, reproduzindo o argumento clássico de tantos regimes de força confrontados com pressões internacionais. Como Mujica, Dilma só se opõe às ditaduras “erradas” ou seja, àquelas com as quais não compartilha um credo ideológico. A presidente nos envergonha a todos.

“O principal é que não nos fossilizemos”, alertou Mujica antes de assumir a Presidência. De fato, no poder, o ex-tupamaro revelou ter aprendido muitas coisas importantes, mas não uma, que é decisiva: o imperativo de separar argumentos políticos de argumentos morais. A distinção foi clarificada pelo filósofo polonês Leszek Kolakowski, em 1974, numa polêmica com o historiador Edward Thompson. Face à insistência do interlocutor em suspender o julgamento sobre a URSS, Kolakowski ensinou que é inútil condenar a tortura em bases políticas (“porque na maioria dos casos ela é perfeitamente eficiente e os torturadores obtêm aquilo que querem”), restando apenas a condenação moral, “e, então necessariamente, em todos os lugares do mesmo modo: na Cuba de Batista e na Cuba de Castro, no Vietnã do Norte e no Vietnã do Sul”. Mujica critica o encarcera-

mento de opositores na Venezuela como um erro político, não como a violação de um princípio inegociável. Ele é um fóssil ideológico, tanto quanto Dilma.

A subordinação dos princípios morais aos alinhamentos ideológicos tem implicações políticas. Na América Latina, o presidente colombiano e os parlamentos da Colômbia e do Chile somaram-se à ONU pedindo a libertação imediata de López e Ledezma. As prisões na Venezuela foram alvo de uma crítica direta do presidente uruguaio Tabaré Vázquez, bem como dos ex-presidentes FH, do Brasil, e Ricardo Lagos, do Chile. Em entrevista à CNN, Dilma só conseguiu murmurar uma oblíqua contrariedade, logo esterilizada pela referência ritual à soberania venezuelana. Por essa via, o Brasil do lulopetismo encerra-se na caverna dos países aliados ao chavismo, habitada por argentinos, bolivianos, equatorianos, cubanos e nicaraguenses.

Da guerrilha urbana ao calabouço, e daí à Presidência, Dilma compartilha uma trajetória com Mujica. Alçando-os ao vértice do poder, Brasil e Uruguai deram saltos civilizatórios, reciclando as intolerâncias políticas do passado no caldo inclusivo da democracia de massas. Um pressuposto implícito nessa condenação simbólica das ditaduras é a crença na plena conversão dos antigos militantes da luta armada aos valores democráticos. Deploravelmente, porém, o uruguaio e a brasileira rasgam o contrato de confiança que assinaram com suas nações. Carentes de uma régua moral, eles insistem em absolver a “Cuba de Castro” e o “Vietnã do Norte”, enquanto condenam a “Cuba de Batista” e o “Vietnã do Sul”.

A visita de Tintori e Capriles oferece uma oportunidade para demonstrar que, na democracia, a nação fala por cima do governo de turno. Nosso Congresso tem, hoje, a chance de aprovar uma solicitação formal de libertação dos presos políticos venezuelanos. Na prática, seria o *impeachment* de uma política externa sequestrada pelo arcaísmo ideológico ■

MORAL



Ricardo Vélez Rodríguez

Filósofo

Membro do Centro de Pesquisas Estratégicas Paulino Soares de Souza, da UFJF,
professor emérito da ECEME e docente da faculdade Arthur Thomas/Londrina
rive2001@gmail.com

ACERTANDO AS CONTAS COM O

Escrevia sir Francis Bacon (1561-1626), um dos ícones do empirismo inglês, na sua obra intitulada *Novum Organum Scientiarum* (1620), que a experiência humana tem momentos privilegiados, aqueles em que os segredos da natureza se revelam, por instantes, perante a lente dos cientistas. Considerava que alguns fatos constituíam *instantiae ostensivae* (instâncias reveladoras, ou casos em que as estruturas da natureza estariam no seu máximo de manifestação). Esses seriam os momentos de insight das leis que comandam o cosmo. Os brasileiros estamos assistindo, nos eventos do petróleo, a uma dessas raras circunstâncias na evolução do nosso secular Estado patrimonial, que o público em geral não vê, mas que são observáveis por mentes preparadas. A opinião pública não vê essas instâncias, mas paga a conta. O contribuinte que o diga. Sente já no bolso os desmandos da empresa patrimonialista, montada passo a passo, com paciência de sindicalista que

assiste à assembleia para, esvaziada pelo cansaço, aprovar a greve almejada. No caso do petróleo, esta seria a última etapa, a mais visível, de aparelhamento do sistema produtivo por uma ávida elite preparada para a função de privatizá-lo, tudo em benefício da burocracia estatal presidida pelo partido. Não é de hoje o projeto dessa empresa patrimonialista, que teve etapas memoráveis. Em todas elas a ciência aplicada foi posta a serviço da burocracia estatal, a fim de garantir a eficiência na racionalização da empresa do rei ou do primeiro mandatário. Foi assim nas reformas pombalinas, na segunda metade do século 18, quando o marquês de Pombal amarrou o sistema produtivo ao redor dos monopólios reais, fora dos quais ninguém conseguiria sobreviver. Assim ocorreu nas reformas modernizadoras do Império, com o monarca como centro da atividade econômica, colocando sob o seu tacape aqueles que quisessem apresentar-se como empresários independentes do

trono. As agruras sofridas pelo visconde de Mauá, um dos nossos próceres do livre empreendedorismo, estão aí para provar a eficiência do projeto patrimonialista. Assim se deu no ciclo modernizador do getulismo, com as reformas ensejadas pela elite gaúcha comandadas com mão de ferro pelo próprio Getúlio Vargas, com o auxílio dos jovens intelectuais que integravam a Segunda Geração Castilhistas, com Lindolfo Boeckel Collor à frente, tendo previamente sido cooptada a jovem elite tenentista no Clube 3 de Outubro. Assim também no ciclo militar em torno da proposta modernizadora em andamento nos terrenos econômico e social, pensada no *petit comité* que reunia, ao redor do general-presidente, a elite tecnocrática e militar, responsável por traçar o andamento da máquina pública rumo ao Brasil Grande. O lulopetismo tentou copiar esse esquema de modernidade ao redor do Estado empresário, racionalizando ao máximo a máquina tributária, centralizando as receitas em favor

PATRIMONIALISMO

da União (com detrimento de estados e municípios), utilizando como mão distribuidora de recursos entre os empresários cooptados o BNDES, que partiu também para aliciar fidelidades internacionais no Hemisfério Sul, na tentativa de dar vida a essa nova diplomacia que está acabando de desmontar a primorosa máquina construída, na aurora da República, pelo barão do Rio Branco no Itamaraty. O mecanismo foi o mesmo do ângulo econômico: tudo centralizado ao redor dos monopólios oficiais, dentre os que se destacam a Petrobrás e a Eletrobrás. O modelo modernizador lulopetista assemelha-se, assim, ao posto em prática por Vladimir Putin no seio do secular patrimonialismo russo, com a hegemonia das empresas produtoras de gás e petróleo. Proveniente do meio sindical, Lula caprichou no sentido de dominar completamente os fundos de pensão das estatais. Fazem-se sentir hoje os efeitos práticos dessa política patrimonialista: enriquecimento rápido dos agentes

públicos – garantida sua segurança nas sombras da nossa complexa legislação, que coloca sobre todos a espada de Dâmoqueles da insegurança jurídica, mas para os amigos do rei constitui garantia de que nada acontecerá com eles. Vide as penalidades muito diferentes impostas no julgamento do mensalão: pesadíssimas para os que foram cooptados no setor privado pelo turbilhão de dólares na cueca e nas malas gordas de notas, levíssimas para os arquitetos dos “malfeitos” (para utilizar a terminologia do agrado da presidente Dilma). A maciça divulgação dos feitos da ladroagem está sensibilizando a opinião pública de que há algo de errado na estrutura do nosso Leviatã. Foi de tal grau o tsunami da corrupção que inundou o quintal do dia a dia do cidadão comum. Enquanto itens básicos da saúde pública faltam nas unidades de pronto atendimento (UPAs), a elite larápia tem pronto atendimento de Primeiro Mundo no Hospital Albert Einstein, o mais caro do País. Enquanto já começa

a sobrar calendário e a faltar dinheiro na metade do mês no bolso dos contribuintes, os dólares desviados sobram nas contas milionárias da petralhada e dos empresários corruptos. Enquanto a sociedade almeja por transparência na prestação de contas, a Presidência da República é pródiga em enrolação e em contradições veiculadas pelos porta-vozes oficiais. Enquanto se esperava que o Ministério da Justiça cumprisse o seu papel de facilitador para que a Justiça operasse livre e célere, converteu-se em guichê de reclamos dos larápios e em janela por onde assomam os feitores dos desmandos, que buscam pressionar politicamente os magistrados honestos.

Tomara que de todo esse movimento de confusa agitação surja uma análise aprofundada sobre as causas das nossas mazelas: o Estado patrimonial e o seu cérebro, instalado hoje confortavelmente na Presidência da República e nos gabinetes dos burocratas de Brasília ■



Guilherme Fiuza
Jornalista

Na indústria da bondade não tem crise

O relatório do FMI confirmou as projeções do mercado, prevendo que em 2015 o Brasil vai andar na contramão do mundo. Média geral de crescimento em torno de 3%, média de crescimento dos emergentes em torno de 4%, e o Brasil dando marcha a ré – PIB negativo de 15. Todos os setores da economia nacional já estão sentindo esse tranco, menos a indústria da bondade. Para ter uma ideia, ela acaba de faturar R\$ 150 mil do deputado Jair Bolsonaro, condenado por homofobia. Este país pode cair no abismo, que os coitados estarão sempre no céu.

Bolsonaro foi condenado por danos morais, pela Justiça do Rio de Janeiro, por suas declarações ao programa CQC, da TV Bandeirantes, sobre homossexualismo. Perguntado sobre o que faria se tivesse um filho gay, o deputado militar disse que isso não aconteceria, porque seus filhos “tiveram boa educação”. Trata-se, evidentemente, de um preconceituoso. Bolsonaro acha que homossexualismo é falta de educação. A pergunta é: por que ele não pode manifestar sua opinião?

Militantes de esquerda cansam de declarar que militares são retrógrados, entre outros juízos “progressistas” igualmente preconceituosos. Por que não são processados? Porque na bíblia maniqueísta da indústria da bondade militares são do mal e gays são do bem.

A deputada e ex-ministra dos Direitos Humanos Maria do Rosário pediu a cassação

do mandato de Jair Bolsonaro porque ele afirmou que só não a estupraria porque ela “não merecia”. O bizarro Bolsonaro faz a festa dos bonzinhos profissionais. Mas surge outra dúvida. Antes de soltar seu disparate, o deputado foi chamado pela ex-ministra, em público, de “estuprador”. Por que ninguém pediu a cassação do mandato de Maria do Rosário? Por que seu insulto não foi tipificado como lesivo à honra ou à moral e nem sequer ganhou repercussão?

Porque Maria do Rosário é acionista da indústria da bondade, vive disso. Ela defende que centenas de jovens da periferia invadam um shopping, como direito de ir e vir. É uma estupradora do bom-senso. Um shopping ocupado por uma multidão em bando (mais ou menos agressiva) deixa de servir ao público comum. Muda de finalidade. Torna-se um território ocupado. Mas é claro que as lentes da hipocrisia embaçam essa realidade – até porque realidade não é o forte dessa turma. O negócio deles é discurso. E a única aplicação imune a riscos hoje no Brasil é investir na retórica coitada. Basicamente, é o que segura o governo em pé.

Sabendo bem disso, Dilma Rousseff deu uma resposta *sui generis* aos protestos de 12 de abril: atacou a redução da maioria penal. Foi sua primeira declaração pública após as novas manifestações contra seu governo em todo o país. Em geral ela fala de reforma política, a aspirina do governo popular. Mas dessa vez, com dois terços da população defendendo seu *impeachment*,

ela precisava de um remédio mais forte – e abriu o dicionário de primeiros socorros progressistas. Não tem erro. Pode ser maioria penal, orgulho gay, proselitismo feminista ou ditadura militar, tanto faz. No Brasil, um governo desastroso é capaz de se safar com uma leve maquiagem humanista.

Se você foi desempregado pela crise, ou se simplesmente está com preguiça de trabalhar, funde uma ONG de direitos humanos e ataque Jair Bolsonaro. Não tem emprego melhor. Você vai conseguir publicidade, simpatia, quem sabe até um convênio com o governo popular. E invista pesado na demagogia gay. As ONGs do Rio de Janeiro que processaram o deputado de direita por homofobia vivem seu momento de glória, com a incrível sentença obrigando o réu a desembolsar R\$ 150 mil. Como é doce a vida dos gigolôs da bondade.

Bolsonaro disse que seus filhos não seriam gays porque foram bem educados. E levou chumbo da Justiça por isso. Parece que estamos entrando nos anos de chumbo vermelho, ou cor-de-rosa. Cuidado com o que você fala. Mas se você quiser fundar um partido progressista, chegar ao poder e roubar seu país discursando pelos direitos humanos, aí tudo bem.

O militante revoltado de Marcelo Adnet denunciou a “dona Rede Globo” por escolher Lucélia Santos, uma atriz branca, para viver a escrava Isaura. Está próximo o dia em que isso não será mais uma piada no Brasil. A piada será o próprio Brasil ■



O PENSAMENTO BRASILEIRO E AS CONSTITUIÇÕES

Brig Ar Tarso Magnus da Cunha Frota
tarsorj32@gmail.com



“A efetivação dos Direitos Constitucionais é a garantia da cidadania”
(Paulo Lobo)

“Só com Liberdade, Igualdade e Fraternidade a Humanidade
encontra os seus caminhos...”
(Rousseau)

Essas afirmações do jovem e moderno jurista pernambucano, Civilista e Constitucionalista, ao lado do pensamento do grande Jean Jacques Rousseau, na sua obra o “Contrato Social”, nos leva à abertura das presentes considerações que, almejam, tão só, mostrar o quanto a letra da Lei Magna respalda os anseios das massas de cidadania que tentam, como refere a História, a posição de integração no seio social, no afã de buscar à sombra das Regras Maiores a consideração devida ao foco dos relacionamentos da vida de uma nação.

Diz ainda Paulo Lobo, na pauta da sua recente conferência na Universidade de Pernambuco: conheci pelo noticiário da Imprensa, que o nosso Brasil se enquadra no bordão das suas afirmações.

Cruzando os caminhos de Colônia e Império, a nova monarquia buscou sua identificação sombreada pelos valores cristãos herdados dos nossos descobridores.

Os albores da busca pelo progresso e desenvolvimento legaram determinadas características que, como sabemos, levou a nossa PINDORAMA, ao invejável patamar de SEXTA ECONOMIA do mundo em tempos recentes.

Vê-se que somos, orgulhosamente, a primeira nação abaixo do equador a conviver com esta orgulhosa outorga. O brasileiro, como súdito do primeiro Império com o pomposo título de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, fez que o “pindoramense” se alinhasse às tradicionalíssimas monarquias de além mar.

Assim, o nosso Pedro I, às vezes discutido pela sua face absolutista, marca pessoal dos reinos de então, abriu as portas da Terra de Santa Cruz às pomposas casas reais do mundo do Velho Continente.

Contou o jovem Imperador com poucos

homens em condições de ajudar na estruturação do novel reinado, levando-o, nos moldes da História, a outorgar uma Carta Maior que na avaliação do constitucionalista Ronaldo Poletti foi a mais duradoura Carta Magna do nosso país. Poletti segue e, nas suas avaliações, adianta que há de se respeitar os sonhos absolutistas do jovem Monarca, herança do sangue tismados do autoritarismo dos Orleans, Braganças, e Habsburgos.

Soa claro, nos comentários, que ousamos desenvolver, que o Direito, nos sessenta anos da Carta de 1824, abriu suas portas às posturas jurídicas tradicionais, regulando no campo pátrio os “diretos e deveres” dos brasileiros, abrindo o caminho de um ordenamento jurídico no Império, como comenta Poletti na sua obra (Da Constituição à Constituinte, Ed. Forense, 1986, Rio de Janeiro, p. 35), que “...uma Constituição não deve ser um quadro acabado e perfeito, mas um esboço, onde as gerações futuras possam colorir e aperfeiçoar, de acordo com as suas vocações”.

Nessa pauta, passamos a ousar uma posição publicista que traz a lume a conscientização do legislador pátrio que, na segunda década do século XIX, brindou ao brasileiro com mais duas posturas na área jurídica que, não só ombream o nosso Direito aos grandes ordenamentos vigentes nas nações consideradas mestras das leis, como complementou regras legislativas do Império com a edição do Código Criminal, em 16 de dezembro de 1830 e, na sequência, a lei adjetiva, mui necessária na aplicação da Lei Processual Criminal, em setembro de 1832.

Faz-se interessante referir o que externou, também, o Jurista Ralph Lopes Pinheiro, na sua obra História Resumida do Direito (Thex Editora, 1976) que, ao lado das posições de Polletti, afirmou

na “página 105” da obra em referência “...que 1822 foi a emancipação política do País...”, o que nos conduz, de imediato, à titulação de uma nova cidadania, plena na sua dimensão, longe das antigas amarras de Colônia, que nos levava à triste realidade de um súdito COLONIALISTA.

Como se vê, o Constitucionalismo com a novel Carta e as regras que passaram a vigorar, premiou o brasileiro com a sua nova identidade: A PLENA CIDADANIA.

As presentes considerações passam a se situar no campo do entendimento, buscando mostrar que, a Carta Outorgada por Pedro I, tornou-se a verdade que, fez do brasileiro de então, o CIDADÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES, um novo brasileiro, sombreado e protegido constitucionalmente. É como afirmou Paulo Lobo, Poletti, Ralph e este comentarista nas considerações, acima desenvolvidas, que nos respaldam a afirmar que o CONSTITUCIONALISMO MOSTROU QUE O BRASILEIRO DEVE A PEDRO I, o conturbado, discutido e autoritário Monarca, no histórico dia 25 de março de 1824, fazer do brasileiro não só um súdito, mas o brasileiro sombreado pelos reflexos da nossa primeira Carta Maior.

Como final da audaciosa posição publicista vamos buscar na MARCHA da BASTILHA, o envólucro que as casas reais se valeram nas suas posições, para justificar dispostos institucionais necessários às atividades monárquicas.

O interessante é entender que – uma outorga em 1824, o absolutismo do inexperienced Monarca ao lado da ausência de grandes letrados – fez, da “Pindorama Monárquica”, o nosso Brasil que, com todos os problemas e dificuldades, que sempre avultaram, moldou, na sua primeira CONSTITUIÇÃO – O CERNE DA CIDADANIA! ■

Da antiga à nova Globalização

Manuel Cambeses Júnior

Cel Av

Membro emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, pesquisador associado do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército e conselheiro do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

mcambesesjr@gmail.com

O fenômeno da globalização econômica evidentemente não é novo no mundo. De fato, poder-se-ia dizer que este remonta há cinco séculos. Desde que a Europa lançou-se à conquista das rotas de aprovisionamento da Ásia e da África, as quais levaram o grande navegador português Vasco da Gama a dobrar o Cabo da Boa Esperança e o genovês Cristóvão Colombo a descobrir acidentalmente a América, já existia uma vocação globalizadora.

Os espanhóis e portugueses, pioneiros deste processo, viram-se prontamente alcançados e ultrapassados pelos ingleses, franceses e holandeses. As Companhias das Índias transportavam as matérias-primas que vieram a dar sustento à maquinaria do capitalismo. Com o objetivo de dinamizar o intercâmbio de mercadorias e o comércio de capitais, criou-se, em 1694, a Bolsa de Londres, transformando essa cidade na capital das finanças mundiais. Com a chegada do século XIX, a circulação de capitais e mercadorias de um lado a outro do planeta alcançou um desenvolvimento exponencial.

Ao amparo da revolução da produção, dos transportes e das comunicações, passou-se a fabricar e comerciar tendo em mente atingir escala planetária. Na Europa, a França e a Alemanha disputam a hegemonia com a Grã-Bretanha, enquanto os Estados Unidos, o Japão e a Rússia fazem sua aparição como potências econômicas emergentes.

A própria competição econômica foi uma das razões que acendeu o estopim da Primeira Guerra Mundial, em 1914. A partir desse momento tudo se modificou. O cenário econômico mundial evidenciou uma

acentuada fragmentação que prolongou-se até o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, projetando os seus efeitos até o final da década de 1960.

A denominada revolução Ronald Reagan – Margaret Thatcher inicia um processo de desregulamentações, que irá complementar-se com o desaparecimento da Guerra Fria e a inusitada aceleração da tecnologia. Desta maneira, o mundo volta a integrar-se em escala planetária, reen-

contrando uma velha vocação que entrou em crise a partir de 1914.

Não obstante, o mundo globalizado de hoje não é o mesmo que conheceu o renomeado economista Adam Smith. Nos dias atuais, os países não praticam o escambo, trocando, por exemplo, lã por carne, mas imbricam-se em redes produtoras planetárias, dentro das quais, um mesmo produto final leva incorporado componentes elaborados nas mais diversas latitudes.

Atualmente, é difícil falar, por exemplo, da nacionalidade de um veículo, quando suas diversificadas peças são fabricadas em dezenas de países. Hoje, a informação transmite-se à velocidade da luz. Textos, imagens e sons são transmitidos de forma instantânea. Autopistas virtuais integram computadores miniaturizados, em escala mundial. Verifica-se, ainda, que os fretes e transportes diminuíram, radicalmente, os seus custos. O

resultado de tudo isso é uma economia mundial homogeneizada e unificada em seus mínimos detalhes.

Este fenômeno é próprio da evolução do sistema capitalista pós-industrial, devido às incríveis transformações tecnológicas e, também, às mudanças na tecnologia de transferência de dados e da informação. As comunicações têm ocorrido de forma instantânea. Surgem novos e atraentes temas na arena internacional: meio am-

biente, comércio de serviços, propriedade intelectual etc.

Este processo é tão complexo que conceitos como soberania, nação, Estado, empresas multinacionais, organizações não governamentais, ecologia, estão sofrendo crises de conceituação em seus alicerces, porque, na realidade, estamos assistindo a uma etapa completamente diferente do processo evolutivo da humanidade.

Na economia globalizada dos dias atuais, apresentam-se dois fenômenos bastante frequentes que os contemporâneos de Adam Smith jamais poderiam imaginar: a possibilidade de crises súbitas e devastadoras em algum país ou determinada região, e a amplificação destas em escala planetária, por via de um inexorável “efeito dominó”. Estes cataclismos de epicentro localizado soem irradiar suas ondas expansivas, com relativa frequência, aos quatro cantos do planeta, em virtude da interpenetração da economia, em nível mundial.

A globalização poderá tender a criar um sistema mais estável e simétrico no relacionamento entre os países. Isto dependerá, fundamentalmente, do papel que os diplomatas e políticos desempenharão num desafio histórico e intelectual de imaginação e construção, neste alvorecer de século.

Por isto, finalmente, saber aproveitar as oportunidades e os riscos da globalização, em nosso país, deve ser nosso objetivo e implica num grande sentido do realismo. Isto necessitará lucidez intelectual em captar os novos tempos para poder edificar, em torno deste processo globalizador, um mundo mais estável e com Justiça Social ■



GOVERNABILIDADE, GOVERNANÇA

Afonso Farias de Souza Júnior

Cel Int / Prof. Dr.

afonsofariasjunior@gmail.com

Um Brasil real em um reino ilusório é o que se vive hoje. O cenário é de aumento de impostos e incremento nas contas de energia, água, combustível e outras. Essas alterações fundamentarão a redução do poder aquisitivo dos cidadãos nacionais.

Impressionante observar como os últimos 10 anos corroeram as estruturas de governança¹ e governabilidade² e agora se insurgem diretamente sobre o trabalhador, isto é, sobre os direitos trabalhistas, que foram desprezados, massacrados e espancados pela Medida Provisória 664/2014. Agora, para o beneficiário de trabalhador falecido ter direito a pensão por morte, o segurado falecido deve ter pelo menos 24 meses de contribuição ao sistema. No caso de morte do cônjuge, para receber a pensão, o beneficiário terá que ter pelo menos 2 anos de casamento e o cálculo do valor da pensão será somente referente a 50% do valor da aposentadoria, acrescido de 10% por dependente. Ademais, foi também alterado o tempo de duração da pensão por morte. Doravante, ele será calculado de acordo com a expectativa de sobrevida do beneficiário, conforme Tábua Completa de Mortalidade/IBGE, no momento do óbito do segurado.

Aos poucos, foi-se inviabilizando o Estado/Governo, a Administração Pública e, agora, o alvo é o cidadão. As estruturas político-sociais estão ruindo em atroz velocidade, assim como as decisões jurídicas pouco representam os interesses e demandas da sociedade. Diariamente, em todo o espectro territorial nacional, presencia-se gigantesca quantidade de homicídios, latrocínios, roubos e furtos. Relevante notar que as estatísticas sofrem sucessivos incrementos há anos. Educação, Economia,

Saúde e Segurança são ações estruturantes para a nação, bem como Mobilidade, Justiça Social e Trabalho/Emprego/Renda. Inflação aumentando, tendência de PIB negativo, grandes empresas assustadas com a inadimplência, desvalorização de empresas estatais, relacionamento diplomático pendular e polêmico etc. O cenário é pouco satisfatório e cresce a onda de insatisfação.

Todas as vezes em que o povo se pronuncia e exige transparência, justiça e qualidade nos serviços públicos, sempre há alguém de plantão para desvirtuar o foco do problema. A população jamais foi contra a Petrobrás, mas algumas pessoas insistem em mostrar que querem denegrir a estatal. Nada disso, o que as pessoas querem é ver que tudo está sendo apurado e que os ladrões, corruptos e nefastos dirigentes sejam penalizados pelos atos que cometeram. Quase todos são a favor da empresa, mas contra todo tipo de má gestão e de desvios de recursos do tesouro e da administração direta ou indireta.

O que se está presenciando é um caminho de árduos confrontos que se seguirão a essa maneira de governar (ou desgovernar). Pense um pouco e questione-se: por que o povo tem que pagar mais tributos para suprir desvios cometidos por gestores, dirigentes e políticos inescrupulosos? O governo enxerga seus cidadãos por meio de lente míope e disléxica.

Míope em virtude da dificuldade, de boa ou má fé, em perceber a real conjuntura em que vive e por trabalhar sempre visando a alcançar metas ideológicas que não vestem o tecido social, que, por enquanto, ainda não demonstrou, com força, a sua insatisfação com os devaneios e desvios causados por agentes públicos e privados em atos mancomunados.

Disléxico em relação à capacidade de ler o ambiente e interpretar suas demandas

em mundo real, por um lado, isso acontece em função da incapacidade de qualificação de talentos para exercer cargos, por outro lado, há também uma continuada má-fé ou cegueira nas inteligências que guiam e coordenam as pessoas desqualificadas exercendo cargos públicos.

Quando se fragiliza a governabilidade, e a autoridade de um governo passa a ser vista mais pelas suas consequências do que

E ENTROPIA SISTÊMICA

por suas virtudes, estabelece-se a cisão entre povo e governo. Quando a governança é abalada, rasga-se a legitimidade de operação de um governo e ele passa a atuar com foco nos efeitos dos equívocos realizados e o desgaste floresce com rapidez e, muitas vezes, com grande intensidade, uma vez que não há nem governabilidade nem governança. Assim, instala-se a entropia sistêmica e os fatores de agregação passam

a funcionar como pontos de resistência e rejeição. O empreendimento perde energia, substância e, finalmente, o sentido de ser. Quebram-se conectividades e fragilizam-se capilaridades. Dá-se a inanição, o sistema não responde.

Por fim, as pernas nada comandam, mas parece que o País está, em detrimento do cérebro, sendo conduzido apenas por elas ■

Notas

1 - Governança - conjunto das condições financeiras e administrativas de um governo para transformar em realidade as decisões que toma (BRESSER PEREIRA, 1997).

2 - Governabilidade - condições sistêmicas do exercício do poder, e que envolve: características do sistema político, forma de governo, relações entre os poderes, sistema partidário, sistema de intermediação de interesses e outras (DINIZ, 1996).



O DESAFIO DO ESPAÇO

Gil Nunes Maciel

Ten Cel Méd

Estudioso das teorias da Física
e dos desafios da conquista do espaço

macielgn@yahoo.com.br

Desde criança, ficava deslumbrado quando via o céu pontilhado de estrelas, nas noites sem fim do interior sem luz, no Sul, onde nasci. Tinha esperanças na imaginação: sonhava que, em um futuro distante, talvez fosse possível chegarmos até lá, observá-las, admirá-las, vê-las bem de perto; claro que não tinha a menor noção da distância que me separava da “esperança”, mas o sonho estava ali, comigo. Pouco mais de 20 anos haviam se passado, quando Iury Gagarin, em 1961, surpreendeu o mundo com seu voo orbital perfeito, em torno da Terra. Foi um acontecimento fantástico!

Em 25 de maio daquele mesmo ano, o Presidente John Kennedy compareceu no Congresso dos EUA e afirmou: “Eu acredito que esta Nação deve comprometer-se em alcançar a meta, antes do final desta década, de pousar um homem na Lua e trazê-lo de volta à Terra em segurança”. Dito e feito! Em 20 de julho de 1969, a Apollo 11 fez um pouso triunfal no Mar da Tranquilidade, em nossa Lua. Iury Gagarin, Neil Armstrong, Edwin Aldrin e Michael Collins, tripulantes de naves espaciais, na invasão do espaço sideral são, hoje, heróis da Humanidade. Isto é “determinação”, critério indispensável para vencer um “Desafio do Espaço”.

O Universo, a Natureza, é um objeto de estudo desde os primórdios da Humanidade, quando a evolução natural desenvolveu uma consciência rudimentar em nossos ancestrais antropomorfos. Deve ter sido mais ou menos aí, que a razão começou a ocupar o território dominado pelos instintos, e o contato consciente com o Mundo exterior catalisou a evolução do pensamento.

Cerca de uns dez mil anos se passaram até que, na região indo-europeia, fosse criado o Sânscrito – língua que foi falada por cerca de uns três mil anos, aproximadamente. Da linguagem, vieram os números e, com eles, a poderosa matemática para alavancar a compreensão da Natureza.

Desenvolvida ao longo do tempo, a matemática revelou-se um instrumento formidável para entender e manipular o mundo exterior ao pensamento. Equacionando os fenômenos observados, analisando, definindo, progra-

mando, iluminando a verdade e levando à compreensão, a matemática é absolutamente imprescindível para catalisar a evolução do conhecimento em ritmo bem forte.

É impossível citar todos os grandes nomes que contribuíram para o avanço científico na Terra. Seria uma lista interminável. Agora, em se tratando da hipótese referente à criação e evolução do Universo, a partir do Big Bang, é impossível não citar pelo menos alguns.

“Na Natureza, nada se cria, nada se perde, nada se destrói, tudo se transforma”. Antoine Lavoisier, químico francês, (1743/1794). – A Natureza é viva, dinâmica, está em eterno movimento e em uma transformação que não tem fim. Isto nós podemos ver a cada instante...”

“Matéria e energia são a mesma coisa em diferentes estados.” – Albert Einstein, cientista alemão nascido em Ulm, (1879/1955). Autor da famosa equação $E=mc^2$ que unificou a matéria e a energia do Universo em que vivemos.

“As nebulosas observadas no espaço profundo, além da Via Láctea, são galáxias que se afastam umas das outras com velocidades proporcionais às distâncias que as separam, com base no referencial da Terra.” – Edwin Powell Hubble, astrofísico nascido em Missouri, EUA, (1889/1953). A relação entre a velocidade e a distância entre as galáxias é denominada “Constante de Hubble”, e o telescópio colocado pela NASA em órbita da Terra para estudar as estrelas, tem o seu nome para homenageá-lo.

Quando um objeto luminoso se afasta de um ponto-referência, as ondas eletromagnéticas emitidas por esse objeto tendem para o vermelho na visão desse ponto, e, quando se aproxima, tendem para o azul. Este fato, chamado “efeito Doppler”, permite determinar se as galáxias estão se aproximando ou se afastando. É um fenômeno relativista, que pode ser muito bem verificado e confirmado, na prática, quando ouvimos o som grave de uma sirene quando se aproxima, e o agudo quando passa por nós e vai embora se afastando.

No entanto, em termos de Universo, existem outros dilemas e mistérios: será que o espaço, no Universo, faz alguma ana-

logia com a película externa de um balão inflando? O que é o espaço? As galáxias mais distantes emitem ondas eletromagnéticas que indicam maior velocidade de fuga em razão da distância. Mas isto é compreensível, tanto para a superfície de um balão inflando como para explosão aleatória de um ponto, – de um “buraco negro”, por exemplo. No balão, eventuais pontos em sua superfície, tendo qualquer um tomado como referência, se afastam uns dos outros em razão do espaço que se expande, a “película externa do balão”. As galáxias se afastam. Elas se movem em função da força inercial imposta à massa expelida na grande explosão do Big Bang, ou será o espaço que se expande?

Com esse nível de conhecimento já adquirido pela física da época e ao seu alcance, Anthony Gamow, natural de Odessa, Ucrânia, (1904/1968), naturalizado Norte-americano, concluiu, em 1946, que a matéria total do Universo, em um passado remoto, deveria estar totalmente contida em um só ponto – um “buraco negro”. Um ponto de massa com densidade e gravidade tão intensas que nem mesmo a luz poderia escapar dele. A explosão desse ponto teria espalhado a matéria no Universo, e a Gravidade, teria acomodado tudo na forma em que hoje vemos.

Stephen William Hawking, nascido em Oxford, Inglaterra, 1942, é um gênio que, lamentavelmente, em plena adolescência, foi atacado pela terrível “Esclerose Lateral Amiotrófica” (ELA), doença paralisante que o prendeu em cadeira de rodas pela vida toda. Hoje, com 72 anos, se comunica por meio de um programa que transforma seus discretos gestos em palavras, permitindo até mesmo escrever livros, uma vez que o problema não é neurológico, é todo muscular, e o cérebro é perfeito. Seu último livro, “Uma Breve História do Tempo”, já vendeu cerca de 10 milhões de exemplares pelo Mundo todo. Stephen William Hawking é um importante defensor da tese de que a origem do Universo foi a explosão monumental de um “Buraco negro”.

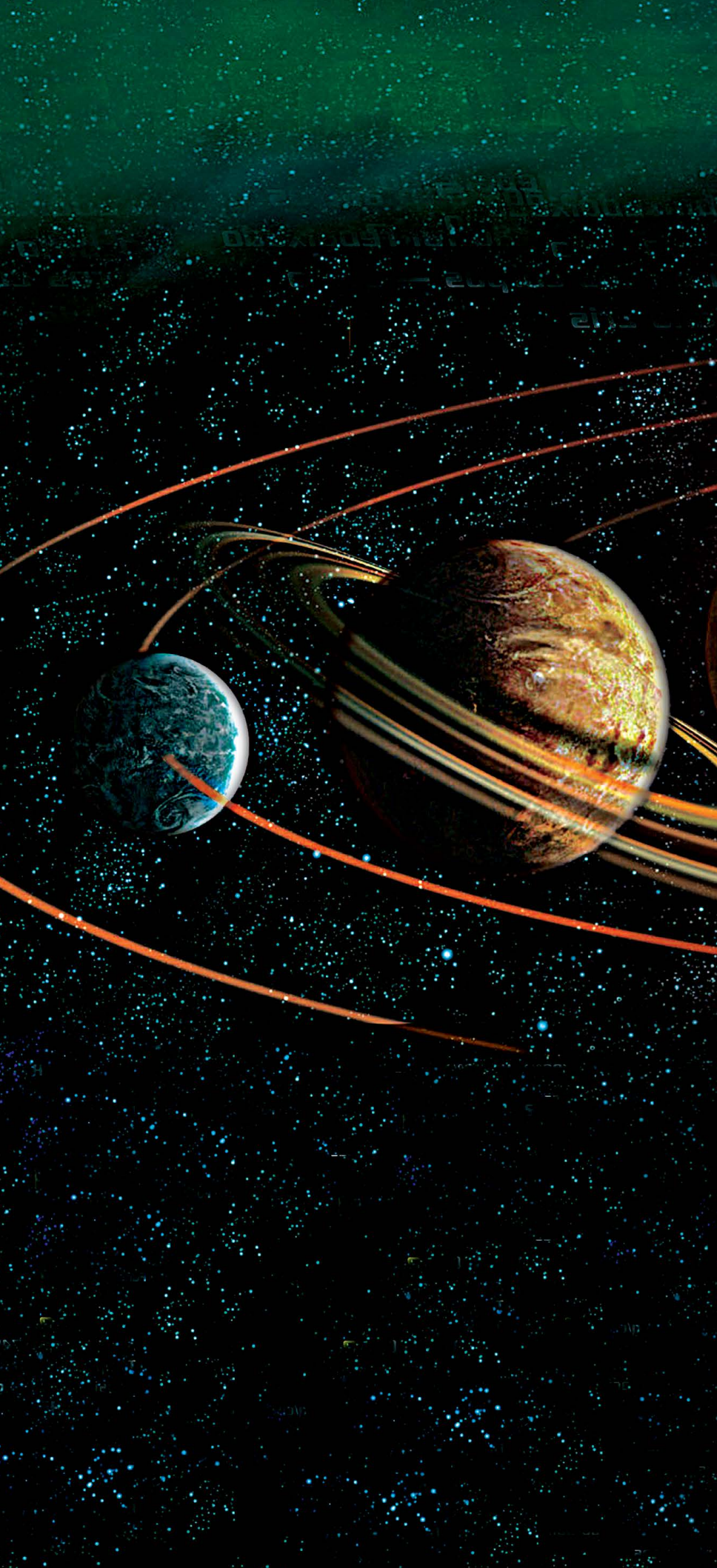
Atualmente, a origem do Universo explicada pela explosão de um ponto, uma singularidade, tem recebido ampla

aceitação pela Comunidade Científica em todo o Mundo. Subiu muito no “rank” da verdade quando, em 1965, Arno Penzias e Robert Wilson, cientistas dos Laboratórios Bell, tentavam remover um estranho ruído em uma antena instalada para estudar radiações oriundas da Via Láctea, na faixa de micro-ondas. Constataram que o ruído era permanente, e provinha do espaço profundo. O problema não foi resolvido, mas a origem foi. Os cálculos matemáticos indicavam para os cientistas que o Big Bang havia deixado uma radiação de fundo no Universo exatamente igual a essa, confirmando, assim, a tese defendida por Gamow, Stephen Hawking e, agora, com aceitação universal. A radiação de fundo foi identificada como sendo a mesma que aparece em nossas telas de televisão quando a imagem sai do ar.

Calcula-se que existam cerca de 100.000 galáxias no grupo “local” a que pertence a nossa Via Láctea, e 17 bilhões em todo o Universo observável. Em 2006, Masanori Lye, do Observatório Nacional do Japão, no Havaí, encontrou a galáxia mais distante observada até agora: a IOK-1, que foi vista como era a 12,88 bilhões de anos atrás – cerca de 750 milhões de anos após o Big Bang.

A Natureza tem “cartas na manga”, tem os seus mistérios. Para que o Universo tenha o comportamento que vem tendo, é necessário acrescentar mais 24% de “matéria escura” e mais 71% de “energia escura”, “fantasmas” que não emitem luz e não podem ser vistos, mas têm que existir! Isto porque o comportamento desses ridículos 5% que restam de matéria visível exige a presença de mais 95% de matéria que não podemos ver.

A partir deste ponto, resta saber se a gravidade possuirá força bastante para inverter o processo em expansão e comprimir, novamente, todo o conteúdo em uma nova “singularidade”, repetindo o ciclo Big Bang e eternizando o Universo; ou então, ser vencida pela inércia e perder o conteúdo total disperso nas profundezas do infinito. A Natureza gosta de adotar comportamentos cíclicos, mas, neste caso, é bastante difícil uma previsão segura.



Em termos de Espaço, de Universo, ainda engatinhamos, mas já estamos marcando presença e explorando o “Átomo” local em que nascemos e vivemos – já fomos à Lua e voltamos todos vivos: Naves robóticas pousaram em Marte e enviaram dados. Muito em breve, Plutão será incluído nessa lista. Algumas sondas já foram lançadas para o espaço profundo, no interior da Galáxia. Estamos no caminho certo. No entanto, o “Desafio do Espaço” terá ainda que enfrentar grandes problemas para ser vencido. Em princípio, teremos que decifrar o complicado problema das dimensões – descobrir atalhos em eventuais caminhos no espaço-tempo, e ainda mais, decifrar os complicados “mistérios”, da Física Quântica.

Na jornada da Humanidade para a conquista do espaço, além dos Estados Unidos e Rússia, outros países vêm ocupando lugar de destaque, com avanços significativos em ciência e tecnologia, entre eles, países da União Europeia, China, Japão, Índia, Ucrânia. Neste grupo, lamentavelmente, o Brasil, apesar dos esforços da Força Aérea Brasileira e de entusiastas e abnegados, os projetos parecem estar estagnados. É difícil de acreditar que o acidente de 2003, explosão do foguete VLS-1 e perda de vinte um especialistas, em que pese seu nível de tragédia, tenha sido capaz de esmorecer a determinação do País em ser protagonista na grande aventura em direção ao espaço.

A estatura política e econômica do Brasil, no concerto das nações, impõe que ocupe um lugar de destaque na corrida espacial. Como analogia, pode dizer que se trata da repetição em quatro dimensões das grandes navegações e descobertas dos Séculos XV, XIV e XIII. Quem não contribuir, certamente, não terá como participar das benesses decorrentes dos avanços científicos e tecnológicos.

Urge que o País retome com vigor o seu projeto espacial e que o desenvolvimento da cultura e das ciências voltadas para as futuras “Jornada nas Estrelas” seja incentivado ao extremo, de maneira a formarmos uma consciência coletiva de que não estamos sós no Universo ou indefinidamente presos ao Planeta Terra ■

Defesa Nacional

Rubens Barbosa

Embaixador

Presidente do Conselho de Comércio Exterior da Fiesp

Não são poucos os desafios que o novo governo vai enfrentar para resgatar o Ministério da Defesa como órgão de Estado. A Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa deveriam ser atualizados para refletir as diretrizes políticas de governo em termos estratégicos e de avanços tecnológicos, acompanhados da introdução sistemática e sustentável de mecanismos de governança institucional dessas mesmas diretrizes.

A modernização da defesa nacional não pode ser adiada. Caberia redefinir prioridades políticas claras para a gestão superior da aquisição de meios, com a devida revisão dos programas estratégicos de aquisição militares, a fim de assegurar a eficácia operacional integrada com eficiência na aplicação de recursos públicos.

Para isso, torna-se essencial rever o atual Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa (Paed), estabelecido em 2011 para o período até 2030, adequando sua ambição com a formação de clusters tecnológico-industriais, em parceria com universidades.

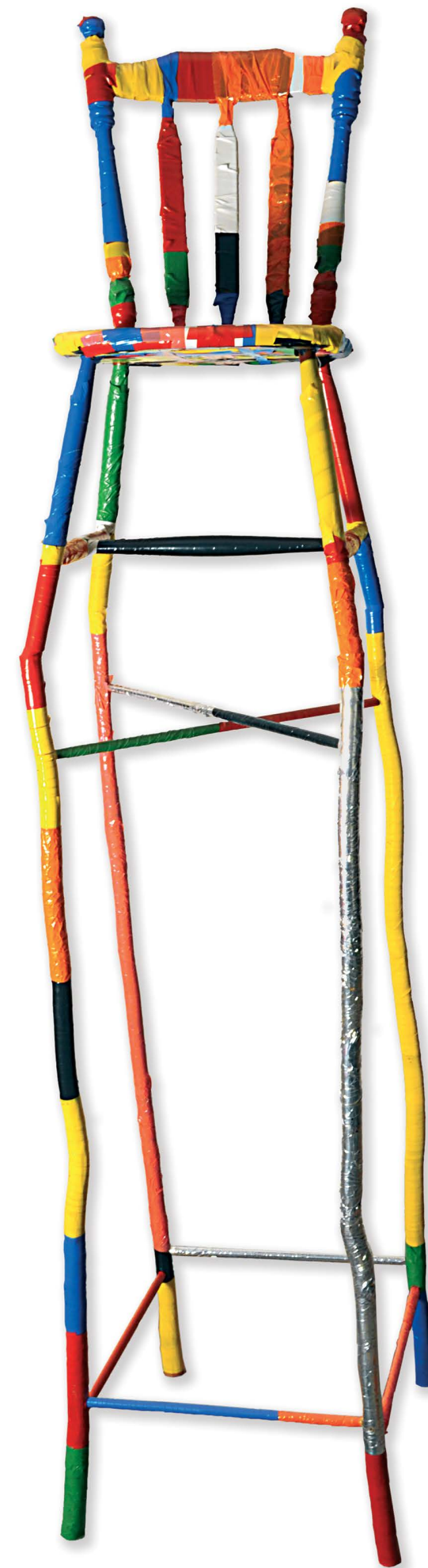
Nesse contexto, deveriam ser mantidas as prioridades definidas na Estratégia Nacional de Defesa e oferecida especial atenção aos setores aeroespacial, cibernético, nuclear, tendo, como pilares, a inovação tecnológica conjugada e o desenvolvimento de competências transformadoras na cadeia produtiva nacional.

Com 48 megaprojetos sendo desenvolvidos no âmbito do Ministério da Defesa, o processo de consolidação da indústria nacional de Defesa e melhores práticas de controle interno pelo Ministério da Defesa, como recomenda o TCU, deveriam merecer atenção prioritária do governo federal. Previsibilidade e não contingenciamento de recursos financeiros para os investimentos deveriam ser regras rigidamente obedecidas.

O fortalecimento da indústria de defesa é objetivo definido na Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID), em 2005. Uma série de instrumentos legais, e mais particularmente o que criou o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa e dispôs sobre medidas de incentivo à indústria nacional, faz vigorar o mesmo tratamento tributário para a produção nacional e os produtos importados.

Pensando a médio e longo prazo, e dentro de uma visão estratégica, para defender nosso território, para respaldar nossa projeção externa e para assumir as novas responsabilidades demandadas pela comunidade internacional, é justificável a construção de submarino nuclear, a aquisição de aviões de caça de combate, a retomada do programa aeroespacial para utilização do Centro de Lançamento de Alcântara e o desenvolvimento de veículo lançador de satélite, além da necessária ampliação do Centro de Defesa Cibernética.

Defesa e Política Externa deveriam estar mais articulados e coordenados. Nenhum país que pretenda ocupar hoje um espaço importante no concerto das nações pode dar-se ao luxo de ignorar em seu discurso diplomático as preocupações com sua segurança e com formas de ampliar seus mecanismos de defesa ■





Helio Perez
Cel Av
perezhelio7@gmail.com

ONDE FICAM

Corria o mês de maio de 1981, e fui designado pelo COMTA para acompanhar um voo para o sul, dos Velhas Águias.

A rota seria: Galeão, AFA, Base Aérea de Canoas, Base Aérea de Santa Maria, CTA etc.

Dentre os Velhas Águias estavam o Ten Brig Sampaio, paraninfo da turma Afonsos 1961, e ex-presidente do STM, e o herói de guerra Brig Nero Moura ex-comandante do 1º Grupo de Aviação de Caça na Itália, na Segunda Guerra Mundial.

Na AFA, em Pirassununga, Nero Moura almoçou com os Cadetes.

Começaram as perguntas.

– Brigadeiro, na guerra o senhor tinha medo de morrer? Resposta: claro todos tínhamos medo, mas durava somente até a decolagem, porque após o avião sair do chão esses pensamentos eram esquecidos, pois ficávamos totalmente voltados para o voo e envolvido com a missão.

– Brigadeiro, na guerra o Sr. era Cel. e fez quantas missões de combate? Eu fiz 62 missões, comecei como Major comandante do Grupo de Caça e, depois, fui promovido a Ten Cel.

– Quantos pilotos morreram? Tivemos

5 pilotos mortos em combate e 16 P-47 abatidos.

Seguiram outras perguntas mais.

Dali partimos para Porto Alegre – Canoas sede do 1/14 Grupo de Aviação de Caça, Esquadrão Pampa.

Agora começam as grandes “tiradas do Brig Nero Moura”. Após o pouso em Canoas o Brig pergunta:

– Que barracas são aquelas na cabeceira da pista?

– É o esquadrão Pampa que está acampado fazendo treinamento.

Quero ir lá! Ao chegarmos na cabeceira da pista com o Esquadrão em forma, o Comandante apresenta-se, e o Brig pergunta?

– ONDE FICAM AS LATRINAS?

Todos nós pensamos, pronto, o “velhinho pirou”. Pirou nada, ele podia ser velhinho somente na idade, mas ainda tinha muita lucidez.

Caminhamos até o final do acampamento, o Brig com a sua inseparável bengala andando com muita disposição. Chegando lá, é apontada a barraca das latrinas. Nero Moura foi lá e fez uma inspeção regulamentar. Virou-se para o Maj comandante do 14 e disparou: Onde fica o



rancho? O Maj apontou a barraca do rancho que ficava bem distante das latrinas.

Muito bem, está perfeito; as latrinas devem sempre ficar longe do rancho. Parabéns; na guerra, isso é muito importante.

Achei que terminavam ali aquelas lembranças desse simpático herói de guerra. Ledo engano.

No dia seguinte, decolamos para Santa Maria, unidade muito importante da FAB.

Novas surpresas nos aguardavam. Ele, além de ser herói de guerra, é, também, o patrono da Aviação de Caça brasileira. Foi piloto de Getúlio Vargas, que era gaúcho como ele, e depois da guerra, foi Ministro da Aeronáutica, no governo Vargas, com apenas 40 anos de idade.

Pousamos em Santa Maria na hora do

AS LATRINAS???

almoço e, após solenidades de praxe, Nero Moura pergunta de supetão:

– Tem um helicóptero disponível para decolar agora? Claro que tinha o helicóptero de sobreaviso. Entramos no H1-H o, “velhinho” e eu, ambos de saco. Logo ele pediu os fones para falar com os pilotos e disse: Voa nesta proa; e apontou com a mão. Após cerca de 20 minutos de voo, apontou uma colina bem alta e disse pousa ali. Não entendemos nada. Essa colina não tinha árvores, somente um capim macio até os joelhos, que balançava com o vento constante.

Após o corte dos motores, descemos do helicóptero e Nero Moura, muito feliz e sorridente, começou a falar, andando e apontando sempre com a bengala. A primeira coisa que disse foi:

– Aqui ficava a pista de pouso. E, apontando a bengala, acrescentou: a gente decolava nessa proa, sempre descendo o morro, e pousava de lá pra cá, subindo o morro. Ali ficava o hangar e a manutenção. Ali era o comando. Aqui ficava a linha dos aviões. Etc, etc, etc.

Começou a andar pra lá e pra cá, apontando a bengala, que nesse momento já não era mais necessária, e sempre sorrindo,

parecendo um menino que estava sentindo as energias positivas daquele local.

Que pena não ter uma máquina fotográfica para registrar!

Foi somente nesse momento que entendemos o que estava passando pela cabeça desse autêntico Velha Águia. Tantos anos depois, precisamente 44 anos, ele estava voltando a pisar aquele solo sagrado, pois foi ali que ele, como Ten Av do Exército, iniciou a sua vida de piloto de guerra. Ali foi promovido a Cap e comandou o 3º Regimento de Aviação do Exército, que possuía 10 aeronaves, sendo 6 Curtiss Falcon. Deviam ser no mínimo 2 linhas de voo.

Em 1931 ele foi provido a 2º Ten, e em 1933 foi criado o 3º R Av em Santa Maria. Naquele local, Nero Moura viveu e voou muito. Em 1937, Nero Moura já como Cap Av e comandante, fez a transferência desse 3º RAv para Porto Alegre, onde, mais tarde, viria a se transformar na Base Aérea de Canoas, com o tradicional 1/14 - Esquadrão de Caça.

Aqueles turbilhões de sentimentos, dos primórdios da Aviação Militar, sem dúvida nenhuma, estavam passando pela cabeça daquele “velhinho” herói de guerra, simpático e alegre, que tinha, nessa data, 71 anos.

Porque ele era, também, um dos pioneiros da aviação militar.

Quantas recordações ele viu? Não dá para imaginar. Com certeza esse momento, único na vida dele, deve ter causado uma grande emoção e proporcionado inúmeros sentimentos, pois com absoluta certeza, ele não pensou em voltar àquele lugar tão importante.

Para nós, que a tudo assistíamos, foi muito bonito compartilhar aqueles momentos.

De onde estávamos, podíamos ver bem ao longe, e mais baixo do que nós, a bonita cidade de Santa Maria, coração do Rio Grande.

Eu hoje, debaixo dos meus 76 anos e “velhinho” como ele, vendo as fotos dessa missão, relembrei tudo isso, e penso que devíamos colocar naquela colina um marco significativo, para registrar a importância daquele local para a nossa Aviação Militar.

Naquele local existe, somente, um capim macio, balançando com o vento constante e ajudando, ainda, a decolagem morro abaixo.

Podemos e devemos resgatar essa memória cultural.

Aquela missão dos Velhas Águias foi, sem dúvida, uma missão eficaz.

Parabéns, Brig Nero Moura, parabéns a todos os Velhas Águias ■

MINUTOS

No final do mês de abril de 1965, o Esquadrão Poker – 1º/10º GAv – realizou um deslocamento para Florianópolis.

Deixamos Cumbica com quatro aeronaves RB-25J e dois RT-11 no dia 26.

Compunham o escalão todos os Instrutores, os Pilotos Operacionais e nós, novos Alunos – os novinhos – recém chegados à Unidade Aérea, Tenentes Longuinho, Rodriguez, Spina e eu.

Além da formidável presença, outro objetivo da operação era iniciar a instrução aérea nos RB-25J, posto que já havíamos concluído a instrução terrestre da aeronave, bem como, da operacionalidade, com um aprofundamento considerável em meteorologia e em fotografia aérea e sua interpretação sob a ótica militar.

Chegamos à capital catarinense liderados por nosso Comandante Maj Av Gerseh Nerval Barbosa. Fomos recebidos pelo Comandante do Destacamento da Base Aérea de Florianópolis o, então, Maj Av Jorge José de Carvalho.

Foram quatro dias intensos e cheios de novidades. Meu primeiro deslocamento de Esquadrão. Meu primeiro voo pilotando o RB-25J.

O regresso para Cumbica foi no dia 30 de abril.

Para essa etapa, fui escalado para ir de RT-11 com um dos pilotos antigos do Esquadrão.

Em Natal eu havia voado o TC-45T, qualificado como 1P e, na nova Unidade, voava o RT-11, esporadicamente, ainda, como aluno, para completar tripulações, enquanto aguardava a adaptação à aeronave.

Na madrugada do dia 30, entrou uma frente fria na região.

Decolamos mais cedo, pois, como as condições meteorológicas deterioravam rapidamente, decidimos fazer um pouso em Paranaguá para reabastecer. O RT-11, devido à sua configuração de aeronave de reconhecimento fotográfico, com nariz de vidro, diferentemente do C-45, somente possuía cerca de quatro horas de autonomia. Assim, o pouso em Paranaguá era, de todo, conveniente.

A tripulação era composta pelo Comandante, por mim e pelo 3S Álvaro.

Transportávamos seis militares, entre eles, o Sargento Nuno, da Seção de Supri-

mento, conhecido por sua aversão ao voo.

Devido à aeronave ter, somente, um radiocompasso, um horizonte artificial, um giro direcional e um indicador de curvas (pau e bola), a doutrina do Esquadrão não permitia o voo por instrumentos com o RT-11.

Decolamos com boa visibilidade e um teto de aproximadamente 800'.

Com cerca de dez minutos de voo, o Comandante falou-me que iria travar o horizonte artificial, pois o instrumento estava em pane. Indicava curva com o avião nivelado. Travou-o. Não faria falta posto que, somente, voaríamos em condições visuais.

Fomos muito bem até passarmos pelo través de Itajaí e de Joinville.

Próximo à ilha de São Francisco do Sul, tivemos que começar a baixar e abrir para cima do mar. A visibilidade diminuiu muito e voávamos a uns 150 pés.

Ainda não havíamos obtido marcações de Paranaguá no radiocompasso.

O tempo continuou piorando e daí a pouco estávamos voando rasante sobre o mar sem visibilidade e sem teto.

Não deveríamos estar muito longe de Paranaguá, pensamos.

Não dando para prosseguir em condições visuais, o piloto subiu um pouco

APAVORANTES

e passou a voar por instrumentos, porém procurando referências visuais.

Na verdade, não estávamos nem voando por instrumentos e nem voando em condições visuais.

Eu, um tanto quanto perdido na cabine, com o mapa da área na mão, procurava, no radiocompasso, sintonizar os, se não me engano, 340 kz, do NDB de Paranaguá. Também usava nosso “potente” VHF de 12 canais para chamar, inutilmente, a Rádio Paranaguá em 126,7 Mz. Pouco ajudava o piloto em sua pilotagem.

Foram muitos minutos de expectativa. A garganta seca e o célebre gosto de guarda-chuva velho na boca.

As condições meteorológicas haviam deteriorado completamente. Zero de visibilidade e turbulência.

Eu procurava ver alguma coisa através dos parabrisas e do nariz do RT-11.

O piloto mantinha a aeronave cabrada, voando pelo horizonte artificial.

De repente, por não ser o nosso dia de morrer, vi, através do nariz do avião, o mar encapelado. A crista branquinha das ondas, com espuma desfazendo-se a cada instante.

Estávamos com forte inclinação, acima de 90º, nariz para baixo, próximos a bater na água. Gritei para o piloto e, sem cerimniosamente, coloquei a mão no manche para desfazer a curva e nivelar a aeronave. Com meu grito, o Comandante percebeu a situação e, com uma calma

invejável, nivelou o avião e o manteve em voo rasante, nivelada e em condições, mais ou menos, visuais.

Falou um palavrão daqueles cabeludos e disse ter esquecido que travara o horizonte artificial.

A situação não era nada boa. O desconforto era quase palpável.

Voávamos muito baixo, quase tocando as ondas, com pouquíssima visibilidade e o ponteiro do radiocompasso oscilava de 330º a 030º, ou seja, não fornecia indicações confiáveis.

A praia passou por baixo de nós a 90º. Passamos a voar sobre a vegetação verde. Falei com o piloto que estávamos muito baixo. Não víamos nada à frente.

O gosto amargo acentuou-se.

Para mim, bateríamos em alguma elevação a qualquer momento. O Comandante, calmo, controlava a aeronave enquanto, também, procurava alguma coisa do lado de fora.

Como disse, aquele não era o nosso dia. Passamos, transversalmente, sobre a pista de Paranaguá a, creio, uns cem pés de altura.

Fizemos o tráfego possível. Informei à Rádio Paranaguá, agora alto e claro, e pousamos.

Ufa! Quase beije o chão.

Pernoitamos nas dependências do DPV-PG.

O dia 1º de maio amanheceu lindo e claro, próprio para o feriado. O céu

estava azul e, como na canção, “azul até demais”.

Ao fazer o Plano de Voo, fomos informados pelo operador de rádio, que uma aeronave L-19 da 3ª ELO desaparecera, na véspera, voando de Canoas para o Rio. O piloto era o Ten Av Peralta. Sua família, em Curitiba, estava angustiadíssima.

Pedimos para informar ao SALVAERO que decolaríamos imediatamente para procurar o L-19.

Ao chegarmos em nossa aeronave, o valente RT-11 1369, o 2S Nuno, com os demais passageiros em forma, apresentou-se ao Comandante da aeronave e pediu permissão para eles retornarem a Cumbica de ônibus. Falava em nome de todos.

A emoção do dia anterior havia sido demais.

Percebendo que nem um céu de brigadeiro os colocaria, novamente, num avião, naquele dia, o Comandante concordou e autorizou.

Após as providências de rotina, decolamos para procurar a aeronave desaparecida.

Encontramos o L-19 pousado em um pequeno campo de pouso, precário, na Ilha de São Francisco.

Demos um rasante e apareceu o Ten Peralta. Fez um sinal de que estava bem e que iria decolar.

Informamos à Rádio Paranaguá, subimos para um nível confortável e seguimos para Cumbica onde pousamos com segurança ■



FIRME AO LEME, COMANDANTE ROSSATO!

Luiz Nogueira Galetto

Cel Av

luizgaletto@ymail.com

Homenagem de um colega piloto de Caça e velejador
ao novo Comandante da Aeronáutica

Foi durante uma complicada travessia
de Porto Alegre a Florianópolis que
o recém-empossado novo Comandante-Geral
da Aeronáutica, o gaúcho Nivaldo Rossato,
mostrou a um experiente velejador do Paraná
sua capacidade para comandar até o que
ele mal conhecia: um barco.



A saída de Porto Alegre, no late Clube Veleiros
do Sul. O Rossato, com blusa azul,
está com seu filho e seu irmão ao lado. Eu,
com minha esposa. Momento da despedida

Corria o ano de 1991.

Porto Alegre, como sempre, uma cidade alegre, descontraída, tradicionalista e hospitaleira. Eu morava em uma das suas avenidas mais conhecidas, chamada Protásio Alves, que praticamente divide a cidade ao meio. A *Protásio* era (e ainda é) demarcada por portentosos bares, restaurantes e churrascarias.

Todos esses fatores, mais uma supimpa vida noturna que mitigava o excesso de adrenalina acumulada nos combates aéreos, voos rasantes e acrobacias executados pelos jovens pilotos de caça da FAB que serviam em Canoas, fizeram com que eu lá tivesse os doze anos mais felizes da minha vida. Para materializar toda essa felicidade, casei-me com uma bela gaúcha.

Eu voava nos supersônicos F-5E do *Esquadrão Pampa*, era Major-Aviador e, embora natural do Paraná, era membro e curtia muito o tradicionalismo gaúcho, fazendo parte do CTG *Sentinelas do Rio Grande* e do *Galpão da Guajuvira* da Base Aérea de Canoas. Gostava de velejar e frequentar o badalado late Clube titulado Veleiros do Sul, do qual era associado. Praticamente o mesmo era o perfil do então Capitão-Aviador Nivaldo Luiz Rossato, com a exceção de que ele era gaúcho e ainda não dominava a arte de velejar.

Neste velho mundo que gira como uma roleta de oportunidades, decidi montar uma empresa de táxi aéreo no Paraná, deixando a Força Aérea, em uma época onde pipocavam as oportunidades na Aviação Civil. Foi uma decisão difícil deixar a FAB, pois ela era uma grande alimentadora dos meus sonhos e emoções, mas minha carreira de Piloto de Caça estava terminando e eu não pretendia *pilotar uma escrivaninha* em algum lugar de Brasília.

Dessa forma, decidi, com minha esposa gaúcha, morar no Paraná. Arrumamos uma boa casa e fizemos a mudança.

E o veleiro *Jambock III*, o que fazer com ele?

Era um barco de trinta e dois pés, todo reformado (foto), pelo qual eu sentia um misto de respeito e gratidão pela sobrevivência nos embates com os temporais pirotécnicos típicos do Rio Grande, com suas assustosas ondas, o *Jambock III* tinha seu nome relacionado a um dos Grupos de Caça de Santa Cruz (o outro é o *Senta a Pua!*), aonde cheguei a voar em meados dos anos

80, também nos F-5E. Não seria fácil, tanto emocional quanto rapidamente vendê-lo.

A ideia de levá-lo para o litoral paraense surgiu quando eu lia um dos bem aquilardados livros de aventuras marítimas que tenho na biblioteca de casa, que narrava uma longa viagem de um casal em um veleiro. Decidi, então, levar o barco para Guaratuba, uma aprazível baía próxima de Paranaguá e de São Francisco do Sul.

Fui correndo consultar minha mulher, minha *superior hierárquica*, como as esposas eram carinhosamente chamadas no meio militar, já certo de que ela concordaria com esse desafio. Puro engano! O mar a assustava, principalmente a costa gaúcha, famosa pelo cemitério de navios ali existente e onde, recentemente, uma fragata da Marinha havia perdido um helicóptero durante mais um peculiar temporal.

Novo impasse: onde encontrar um tripulante para me acompanhar? Nos iates clubes, os marinheiros pediam um dólar por milha navegada, que na época era, para mim, um gasto muito significativo.

Na Base Aérea de Canoas, expondo esse assunto ao meu amigo e colega caçador Rossato, ele prontamente (típico de um gaúcho *peleador*) disse: – Tô nessa, tchê! – e, imediatamente, começamos a fazer os planos, que, abreviadamente, englobavam a travessia da temida Lagoa dos Patos em direção a Rio Grande, onde aguardaríamos a passagem de uma frente fria para termos ventos favoráveis até Florianópolis. Lá ele desembarcaria e eu faria o restante da viagem em solitário, o que de fato ocorreu. Esse comportamento de ser sólido nas suas decisões, honesto nos seus propósitos e brioso, sempre fez parte da bússola que norteou o Rossato até o vértice da sua carreira na FAB, o de ser o seu Comandante supremo, estando subordinado apenas à Presidência da República.

Desatracamos do Veleiros do Sul, em uma ensolarada manhã de abril, com ventos fracos, mas favoráveis ao nosso rumo. O trecho Porto Alegre-Rio Grande foi bastante laborioso. Logo que adentramos a Lagoa dos Patos, anoiteceu e começou a ventar forte e a chover. Nessa época, o sistema GPS ainda era um luxo e a nossa navegação era feita na base da estimada, mas conferida com um rádionavegador ADF e um sextante para navegação astronômica. Para ficar ainda mais emocionante a velejada, fomos

brindados com muitas boias luminosas e faroletes da Lagoa totalmente inoperantes e fora da posição marcada nas cartas marítimas! Belo início da formação de um velejador para o Rossato!

Essas experiências evidenciaram a presteza do meu colega em entender e aplicar as técnicas não muito fáceis de velejar, principalmente com esses entraves. Literalmente suado era manter uma proa, mas com as suas características pessoais de precisão, inteligência e atenção, para ele foi fácil. Estava (como soube mais tarde) desenvolvendo uma paixão interior pela nobre aventura.

– Firme ao leme! – passou a ser a revelação da sua personalidade ao longo de toda a viagem, não como uma ordem, mas como um atributo pessoal. Em dois dias, muito cansados, entrávamos em Rio Grande, onde fomos bem recebidos pelo Comodoro do seu late Clube. Como não havia qualquer previsão de ventos favoráveis para a continuação da nossa velejada, o Rossato regressou a Porto Alegre e eu fiquei a bordo, incumbido de monitorar o tempo e avisá-lo tão logo a previsão da Marinha estivesse de acordo com o cenário que tínhamos planejado.

Alguns dias depois, uma frente fria se aproximou do Uruguai, em direção ao Brasil, e, avisado, o Rossato prontamente veio, chegando na madrugada. Nesse mesmo momento, fizemos uma audaciosa tentativa noturna de sair para o mar, pela Barra do Rio Grande, mas as condições ainda eram extremamente adversas e o vento soprava forte e na direção da costa. Regressamos, mas fortalecidos pelo desafio que se apresentava, pois adrenalina nos era familiar.

O dia seguinte alvorou melhor: vento mais calmo e rondando para uma direção mais favorável. Saímos amenamente pela barra, tomando um rumo nordeste que nos afastaria rapidamente da temida costa gaúcha, zona muito conhecida pelos temporais e depósito permanente de navios descuidados.

Dia com *céu de brigadeiro*, cruzamos com diversos navios mercantes que aguardavam a vez de adentrar ao Porto de Rio Grande. Um pôr do sol cinematográfico completou o dia, até que, nesse momento, quando tomávamos um café com conhaque, levamos um grande susto: uma inesperada rajada de vento, com cerca de cinquenta quilômetros por hora e duração de uns

trinta segundos, deitou o nosso barco até quase a horizontal (estávamos com todos os quarenta metros quadrados de velas para ventos fracos em cima).

Corremos para o convés e arriamos e ferramos todas as velas. Foi uma sábia precaução de comum acordo, pois logo em seguida o vento voltou e agora constante e aumentando a força para cerca de oitenta quilômetros por hora, depois confirmados com os boletins de alerta da Marinha. Prosseguimos a motor, um Mold diesel de 22 HP, fabricado em Joinville, com o vento dificultando o nosso avanço, que não passava dos oito quilômetros por hora.

Abrimos o rumo para o mar alto por medida de segurança, para evitar sermos jogados contra a costa e não termos mais uma *lápide* na citada necrópole de navios. Com o vento forte e constante, as ondas começaram a agigantar-se e a estrondear, lançando suas espumas sobre nós. Anoiteceu e perdemos qualquer visibilidade. Começou uma chuva forte...

Quem pilotava o veleiro, no *cockpit* externo, era obrigado a usar um colete salva-vidas, um cinto de segurança e roupas impermeáveis. Nossos turnos eram de quatro horas, muito cansativos. O barco sempre queria sair do rumo estabelecido, devido ao vento e às condições do mar. Em um determinado momento, uma onda incomum deita o *Jambock*, jogando-me dentro da cabine contra uma antepara, aonde choco a cabeça, quase perdendo os sentidos, semeando um grande hematoma. O Rossato, que estava ao leme, mas viu o incidente, gritou (o barulho do vento impedia qualquer conversação normal e tínhamos que usar óculos especiais para evitar que gotas de água causassem danos aos olhos) que eu fosse me recuperar em um dos beliches, e que ele continuaria pilotando, embora fosse o meu turno. Por dentro, o barco estava uma verdadeira barafunda, com tudo fora do lugar e muita coisa quebrada, mas não era o momento adequado de colocá-lo em ordem. Precisávamos, antes de tudo, sobreviver!

Como eu estava um pouco enjoado, muito cansado e tonto pela pancada, deitar foi um alívio e *apaguei* quase que imediatamente. Ao acordar, fui surpreendido, de forma gratificante, pelo fato de que o Rossato, mesmo cansado, tinha permanecido ao leme por mais quatro horas, permitindo que eu tivesse uma recuperação quase total do

incidente. Descobri, assim, mais essa sua característica: persistência e compreensão do que é necessário para a eficácia de uma atividade. E o que foi melhor: ele gostava dessa atividade!

O temporal que depois se transformou em um forte vento típico (*Carpinteiro*), durou até a nossa chegada à entrada sul da Ilha de Santa Catarina, denominada assustadoramente de Ponta dos Naufragados, onde enfrentamos o último desafio: vencer as enormes ondas que marcam o afunilamento do mar ao adentrar essa baía. *Surfamos* como se o nosso veleiro de seis toneladas fosse apenas uma prancha, mas entramos com segurança, *vibrando* com a calma e cristalinidade da água interior.

Atracando no late Clube Veleiros da Ilha, literalmente corremos para o restaurante, onde pedimos um enorme filé com fritas e uma garrafa de cerveja gelada. Durante a viagem, que durara mais de três dias nessa etapa, comêramos apenas laranjas (até com casca, pois não se conseguia manusear uma faca), biscoitos e tomávamos água (não obstante tivéssemos bons vinhos a bordo!), devido aos movimentos bruscos e aleatórios que as grandes ondas causavam ao barco. Parecia que as ondas queriam parti-lo ao meio! Muitas vezes fomos batizados com óleo diesel ao reabastecer o tanque de combustível do motor, dos bujões plásticos que tínhamos, no convés, como reserva.

Ali, no Clube, fizemos o *debriefing*, pois o Rossato regressaria imediatamente para Porto Alegre. Analisamos os nossos erros e acertos, a coragem e o desânimo, os cenários aterrorizantes do temporal, o dos encantadores vespertinos e matutinos e a nossa vontade de *cumprir a missão*.

Despedindo-me do Rossato e voltando ao *Jambock* para prosseguir a viagem, agora em solitário e muito mais fácil, pensei: esse meu amigo nunca mais desejará velejar depois desse *sufoco* todo, que nos deixou literalmente esfolados, extenuados e esfomeados. Ledo engano! O Rossato, pouco tempo depois, já tinha o seu veleiro e até se revelou campeão de regatas! Mais um abono às suas características pessoais.

Hoje, tenho uma certeza: o *leme* da Aeronáutica brasileira está em mãos altamente profissionais, que nos conduzirão de forma retilínea, surfando as grandes ondas e tendo auroras cinematográficas.

Boa sorte, meu amigo! ■

Luiz Carlos Rodriguez Rodriguez

Cel Av

luizrodriguez@gmail.com

Decolagem Monomotor de Ipiranga

Se nos questionassem qual das missões do CAN, realizadas pelo 1º ETA na Amazônia, seria a nossa preferida, teríamos dificuldades em dar a resposta. Cada missão era uma aventura diferente, embora com roteiros previamente planejados, era difícil saber o dia exato de retorno à base. Não raro, éramos solicitados a executar pernas extras para atender a missões de misericórdia (MMI), transporte de gêneros alimentícios em apoio aos pelotões do Exército Brasileiro (EB) e Missões Religiosas.

Uma das missões mais trabalhosas era a denominada Tabatinga, malgrado suas compensações. Com efeito, propiciava, no mínimo, três pernoites

em Tabatinga, base para outras pernas (Estirão do Equador, Palmeiras, Ipiranga e Japurá) ao longo das fronteiras com a Colômbia e o Peru. Todavia, o pernoite em Tabatinga propiciava-nos visitar Letícia, cidade colombiana com notável estrutura hoteleira, dotada com piscinas, cassinos e apartamentos com mordomias de ar-condicionado a preços módicos, dada a força da nossa moeda.

No dia 20 de janeiro de 1974, fomos escalados para realizar a missão Tabatinga, tendo como primeiro piloto operacional o então Capitão Sales, uma das mais experientes “Águias da Amazônia” instrutor de voo do 1º ETA, operacional em Catalina, Douglas e Bandeirante. No dia

22, já estávamos executando a penúltima perna da missão no trecho Tabatinga/Japurá/Ipiranga/Tabatinga. Ocorreu que, ao decolarmos do rio Içá, com destino a Tabatinga, fomos alertados pelo mecânico, Sargento Garcia Neto, de que o motor direito apresentava forte vazamento de óleo do motor, obrigando-nos a abortar a decolagem, pousar em frente e retornar ao porto de Ipiranga.

Não demorou muito e o competente Sgt Garcia nos transmitiu seu laudo: o vazamento de óleo decorria de mau funcionamento da *shutt-off valve* obrigando a troca do motor. De imediato, o fato foi comunicado, por fonia, pelo experiente sargento-rádio Felisberto, ao 1º ETA visto

que o Catalina, mesmo amerissado em água, a 1.300 milhas náuticas, ou seja, léguas de distância, por possuir excelente equipamento rádio. Ou, melhor ainda, naquele instante, o esquadrão já se prepararia para retirar um motor de suas prateleiras e colocá-lo no bojo de um C-47, para ser entregue, na boca do caixa, onde fosse necessário.

Ocorre que aquele “despacho” demandaria uma complexa rede de logística. O C-47 não teria como entregar o motor em Ipiranga, pois dita “belo nave” não é anfíbia nem hidro, não pousa n’água. Naquela época, a COMARA ainda não havia construído a atual pista em terra, naquela localidade. O máximo que o C-47 poderia fazer era deixar o motor em Tabatinga com a equipe de manutenção e sua singela tarefa de “levar” o motor bom para Ipiranga.

Possivelmente a COMARA seria encarregada de destacar uma de suas balsas com rebocador para realizar a “missão de misericórdia”. Tarefa para vários super-homens, de vez que a balsa teria que descer o rio Solimões até a localidade de Içá, e subir o rio de mesmo nome até Ipiranga, ou seja, envolveria transporte fluvial, numa distância de 166 milhas náuticas rio Solimões abaixo e 116 milhas náuticas rio Iça acima. Coisa para uns três dias de viagem. Caberia, também, a COMARA, programar outra viagem, segundo suas disponibilidades, para resgatar o motor danificado.

E nós, tripulantes do Catalina 6550, como ficávamos, aguardando o bendito motor em Ipiranga? O comandante do pelotão do Exército Brasileiro (EB) coçou sua cabeça, porque, devido a ser época de transferências de seu efetivo, seus alojamentos estavam superlotados e dificilmente o suprimento de víveres do rancho suportaria tantas bocas extras, acrescentada a equipe de manutenção para a troca do motor, por um período de aproximadamente 10 dias.

Caberia ao mais antigo membro da equipagem e, como tal comandante da aeronave avariada, colocar a cabeça a funcionar, após metucioso exame de situação:

– Garcia, como é mesmo que funciona a “avaria” da *shut-off valve*? – questionamos ao mecânico da aeronave.

– Major, é o seguinte: a válvula está abrindo indevidamente no momento em que a potência do motor ultrapassa 35 polegadas de compressão. Isto é, na decolagem, com 52 polegadas, perde-se boa parte do óleo do reservatório. Em regime de cruzeiro, continuará a perder óleo até engripar o motor, com risco de pegar fogo.

– Ok, Garcia, já entendi. Entonces, proponho que façamos o traslado da aeronave até Tabatinga, para evitar a troca do motor aqui, em Ipiranga. Ou seja, você retira parte do óleo do reservatório do motor bom e recompleta o que já perdemos do motor direito. Amanhã, pela manhã,

decolaremos, somente com a tripulação, utilizando o regime máximo de decolagem. Assim que o avião sair d’água, reduziremos a compressão do motor avariado para 35 polegadas e voaremos sobre o Rio Içá, até sua foz e de lá imbicaremos em direção a Tabatinga sobre o rio Solimões.

– Comandante, o senhor vai nos desculpar, mas, tanto eu como o Felisberto, não concordamos com sua proposta. Já sofremos dois desastres com o Catalina na Selva Amazônica e não estamos dispostos a reviver tais momentos de incertezas, foi a resposta do sargento Garcia sem tergiversações.

– Sales, que tal? Você topa a ideia? – questionamos ao Capitão, primeiro piloto operacional da missão.

– Falou, Chefe! Trata-se de uma boa alternativa. Todavia, teremos que contar com a aprovação do Ten Cel Adozindo, comandante do ETA, mediante consulta rádio – respondeu o Capitão Sales.

– Tudo bem! Felisberto, envia a mensagem-consulta ao Esquadrão, informando nossas pretensões. Isto é, decolaremos, o Cap Sales e eu com o Catalina para trasladar a aeronave, reduzindo o motor direito, após a decolagem para 35 polegadas de compressão, mantendo altura de 500 pés sobre as águas dos rios Içá e Solimões, sendo que os sargentos mecânico e rádio permanecerão em Ipiranga, aguardando a troca do motor – instrui ao sargento rádio.

A mensagem foi enviada, sem que alguma resposta fosse recebida, porque haveria necessidade de o rádio operador da estação tática, em Belém, localizar o comandante do esquadrão, dado que o expediente já havia se encerrado.

Tratamos, “entonces”, de nos alojar no pelotão com vistas aos preparativos de um bom e regulamentar banho de chuveiro e um jantar na calada da noite, oferecido pelo Tenente comandante do pelotão do EB. Na hora de nos deslocarmos para jantar no rancho, o sargento Garcia nos procurou para ponderar:

– Comandante, queremos lhe pedir para que interceda junto ao Tenente Comandante do Pelotão que viabilizasse outro apartamento para nos abrigar.

– Garcia, vou tentar, todavia acho que vai ser difícil porque ele nos falou que estava com militares e familiares alojados em trânsito e todos aposentos estavam lotados. Admiro-me muito ele haver alojado vocês num apartamento. Afinal, qual é o problema?

– É o seguinte: fomos informados que naquele apartamento que nos foi cedido, um sargento havia se suicidado, no último fim de semana, enforcando-se com um cinto na porta do guarda-roupa. Vai ser difícil passar essa e outras noites naquele local, né?

– Tudo bem, Garcia. Vou levar suas reivindicações ao comandante do EB.

Malgrado houvesse, de fato, transmitido as ponderações do sargento Garcia ao jovem tenente, ele, confirmando o lamentável incidente com uma de suas praças, respondeu que nada poderia fazer, pois ninguém mais do seu efetivo aceitaria trocar de lugar com os forasteiros da FAB. No mais, enquanto nos dirigíamos, em grupo, ao rancho, fomos interceptados por avantajado e suposto filhote de cascavel que teve sua cabeça totalmente esmagada pelo capitão Sales, usando a sandália japonesa que calçava, em defesa dos demais membros da tripulação.

No dia seguinte, enquanto nos dirigíamos ao rancho para tomar o café, pude-

mos ouvir o ranger dos motores do nosso Catalina, emanado do porto de Ipiranga.

– E aí Sales? Quanto tempo vamos esperar pela resposta do esquadrão quanto à autorização de traslado?

– Bom, major, eu topo decolar assim mesmo. Evidente que é a solução mais adequada e racional para o nosso infortúnio – respondeu o bravo copiloto.

Tratamos, “entonces”, de nos dirigir ao porto, já com nossas malas prontas para a decolagem. Em lá chegando, após cortar os motores do Catalina, o sargento Garcia, eufórico, nos informou que o comandante do Esquadrão, depois de muitas consultas aos manuais e tabelas operacionais do avião, decidiu pelo envio da mensagem resposta, instruindo-nos a agir de conformidade com nossos planos, sobrevoando ambos os rios, para, em caso necessário, amerissar em frente, em uma das infundáveis hidropistas disponíveis ao longo do traslado.

Diante dos fatos, iniciamos as despedidas de praxe, desejando uma boa estada aos sargentos Garcia e Felisberto.

– Não, comandante, nós vamos juntos. Passamos a noite em claro, em demoradas tergiversações e concluímos que o mais correto era seguir o lema: Tripulação que voa unida, permanece unida! – respondeu, com uma ponta de vibração, o sargento Garcia.

– Tudo bem. Assim seja! Então apanhem logo as malas no alojamento – respondi.

– Major já está tudo pronto. Inclusive o lanche e a água potável em caso de sobrevivência – respondeu o sargento Felisberto.

Feitos os testes, preparativos e *briefings* da práxis iniciamos a decolagem com potencia máxima de decolagem. Quando o Catalina subiu no “degrau” demonstrando estar decidido a prosseguir na decolagem, eis que o sargento Garcia não se conteve e agarrou no nosso braço, informando que estava vazando muito óleo do motor direito.

– Fique calmo, Garcia! Vamos esperar o avião completar a decolagem, para que possamos reduzir a potência a 35 polega-

das, conforme combinado, para verificar se cessa o vazamento – tentamos acalmar o Sgtº Garcia.

Com efeito, após atingirmos 500 ft de altura e reduzida a potência dos motores, mantendo-se a do motor bom em regime de cruzeiro, o voo prosseguiu dentro da normalidade prevista, malgrado ocorrência de algumas nuvens do tipo estratos, a baixa altura, para estimular a produção de mais adrenalina ao traslado. Após cerca de 35 minutos de voo, sobrevoamos a localidade de Içá, a partir de onde, tomamos a proa de Tabatinga, atingindo suas proximidades após mais 50 minutos de voo. Em resumo, a etapa entre Ipiranga e Tabatinga, que levaria cerca de 50 minutos, se em linha reta, exigiu-nos um voo de 85 minutos para se tornar absolutamente segura.

Após o pouso em Tabatinga, o sargento Garcia fez questão de expressar seus sentimentos de agradecimento a Deus e a “nosotros” por termos permitido demonstrar ao 1º ETA a coragem e o destemor daquela tripulação que permaneceu unida até o final da sua missão.

Estávamos, “entonces”, aptos a dormir o sono dos justos no hotel Anaconda, em Letícia, e aguardar a troca do motor avariado do Catalina, onde nos quedamos por não mais do que três dias, face a laboriosa equipe de manutenção do Parque de Aeronáutica de Belém, designada para proceder os trabalhos especializados.

Lamentavelmente, somos as únicas testemunhas vivas do evento. Os demais membros daquela tripulação, Capitão Sales, Sargentos Garcia e Felisberto, já partiram, atendendo ao chamado do Criador. Faltou-nos coragem, até agora, para continuar integrando aquele destemido grupo de saudosos companheiros.

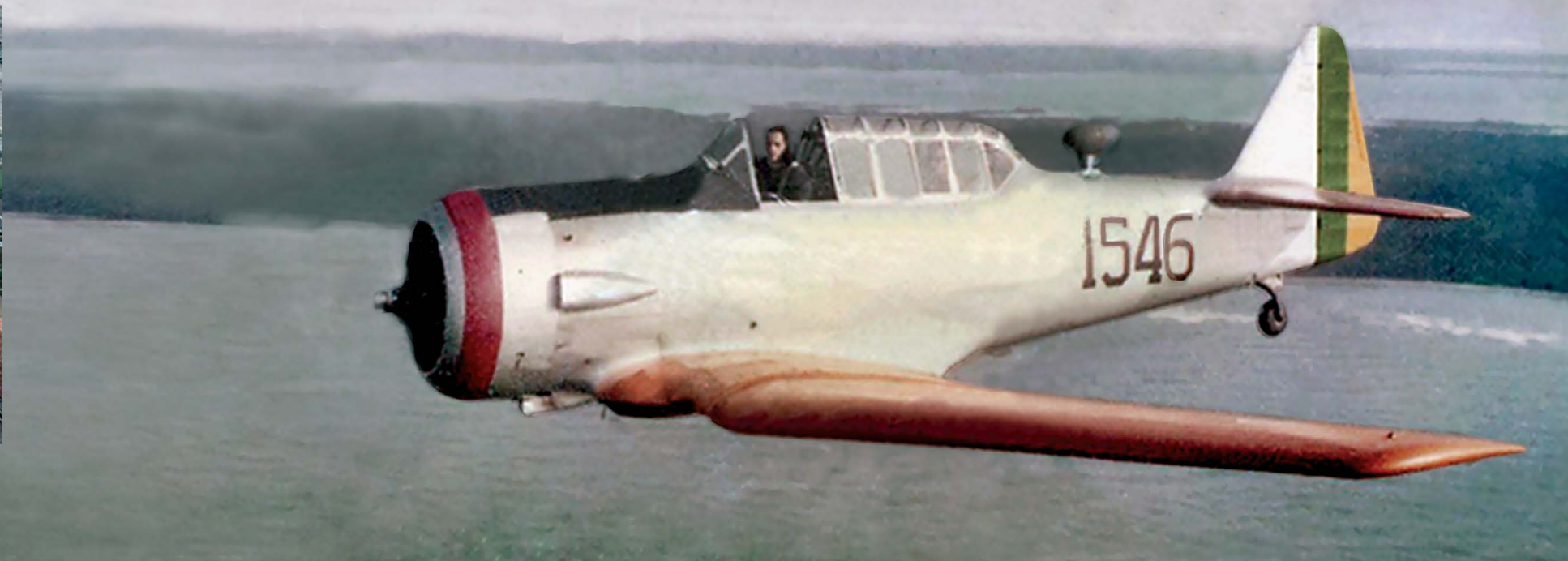
Interessante notar que o suicídio daquela praça, em Ipiranga, em janeiro de 1974, praticamente corrobora a tese do suposto suicídio de Vladmir Herzog, em 25 de outubro de 1975, nas dependências do DOI-CODI em São Paulo, considerado inviável pela Comissão da Verdade que busca a realidade dos fatos ■



UMA MISSÃO “MINUCIOSAMENTE PLANEJADA”



Raul Galbarro Vianna
Cel Av
raulgianna@gmail.com



Parecia uma missão simples – embora não rotineira – sem grandes complicações, mas na verdade tinha todos os ingredientes para dar tudo errado, uma vez que as etapas foram se desenvolvendo na base do imprevisto do momento, sem obedecer a qualquer planejamento ou detalhamento.

O cenário inicial ou ponto de partida era o então Destacamento de Base Aérea de Campo Grande. O dia, 6 de abril de 1963, um sábado, amanhecendo com o céu azul, muito claro, sem uma nuvem sequer.

Havia participado de uma maratona de futebol pela manhã com alguns companheiros, solteiros como eu, quando tive de deixá-los e ir ao encontro do oficial de dia, que procurava por mim, com urgência.

Dirigi-me ao prédio do comando, onde ficava a sua sala, e ali tomei conhecimento dos fatos.

Uma adolescente de 16 anos havia fugido da casa dos pais e tinha sido vista naquela manhã, na estação rodoviária, embarcando num ônibus que partira para Jataí, devendo, após, prosseguir para Rio Verde, parada final, ambas as cidades em Goiás.

A minha missão seria conduzir um policial federal até Jataí, e ali permanecer, aguardando a apreensão da menor pelo agente, que deveria interceptá-la quando na chegada do ônibus na estação rodoviária local, surpreendendo a jovem no desembarque, com isso reduzindo ou impedindo a possibilidade de fuga.

Sendo eu o único oficial aviador solteiro, morando na Unidade e, considerando-se a urgência requerida para as ações, é evidente que nosso Comando, quando acionado, de imediato escalou-me para a missão. Assim, tão rápido quanto possível, decolei no T-6 1546 conduzindo o policial, o qual se encarregaria das ações em Jataí.

Seguindo pela estrada de terra poeirenta, o ônibus ainda deveria demorar um longo período de tempo para chegar ao destino intermediário, ao passo que nós, após 01h45min de voo, ali chegamos.

Em conversa com o policial, aos poucos fui sabendo alguns detalhes até então por mim desconhecidos.

Planejamos nos hospedar ambos num mesmo pequeno hotel, para facilitar as coisas. Entretanto, o mais espantoso e im-

pactante foi saber pelo próprio policial que a menor deveria retornar a Campo Grande no T-6 comigo, o que me pareceu muitíssimo estranho, uma vez que havia, à época, sérias restrições na FAB para o transporte de civis em aeronaves monomotores e, no caso, com a agravante de se tratar de uma menor, obviamente desacompanhada. Enfim, tudo errado e dependente da “sábia decisão” de um tenente inexperiente. A essa altura dos fatos, qualquer contato com Campo Grande para esclarecimentos era sonho ou desejo futurista. Dessa forma, fomos nos hospedar no hotel escolhido e, após um razoável espaço de tempo, o policial se dirigiu para a rodoviária para aguardar a chegada do ônibus ao passo que eu permaneci no hotel.

Tudo funcionou como um cronômetro. O policial e a menor chegaram ao hotel um pouco mais tarde, onde eu já os aguardava.

O agente hospedou a moçoila num quarto lateral ao meu e, simultaneamente, fronteiro ao dele. Com isso reduzia-se a possibilidade de fuga, pois a portaria também já estava alertada.

Desde o momento da chegada dos dois observei que a jovem se tratava de uma pessoa enigmática, introspectiva, retraída e calada, mas, paradoxalmente, sumamente atenta a tudo e a todos.

Durante o jantar, os três à mesa, pude constatar que tudo fora estabelecido na véspera, em Campo Grande, só que a mim nada fora reportado. Em resumo, a realidade era que, por questão de urgência, pressão da família, precaução ou, talvez por todos esses fatores somados, ficara decidido que a jovem retornaria no avião, com o piloto, e o agente por terra, usando outros meios.

O pernoite se desenvolveu de forma preocupante, pois passei a participar da vigília em relação à possibilidade de fuga da adolescente. Em verdade, por sorte, felizmente houve uma perfeita sintonia entre eu e o agente policial.

Pela manhã, fomos para o aeroporto e, ali, fiz um minucioso *briefing*, bastante explicativo, para a adolescente – que nunca chegara sequer perto de um avião – abordando, inclusive, recomendações de segurança, orientando-a até mesmo

para a possibilidade ou necessidade de saltar de paraquedas em caso extremo de emergência. E a jovem atenta e assustada, um tanto cristalizada, porém “ligadona”.

Despedi-me do agente, ajudei a jovem a subir na asa, ajustar-se na nacele traseira, sentar-se assustadíssima sobre o paraquedas (ajustando as alças aos ombros bem como os suspensórios) e colocando os fones nos ouvidos.

Terminado todo o ritual, finalmente decolamos.

Já estabilizado em rota, procurei estabelecer um diálogo pelo interfone com uma pessoa absolutamente monossilábica. Minhas tentativas de “puxar papo” resultavam totalmente infrutíferas. Resolvi sintonizar uma estação *broadcast* que, felizmente, tocava músicas do agrado da jovem.

Assim, a viagem foi-se “arrastando” e eu estressado, pensando na possibilidade da adolescente repentinamente “surtar”, “entrar em pânico” a bordo e querer saltar.

Após 01h35min de voo angustiante, com campo Grande à vista, fui baixando visual para o circuito de pouso, chamei a rádio, pedi instruções e efetuei a aterragem,

completando a etapa em 01h45min de voo.

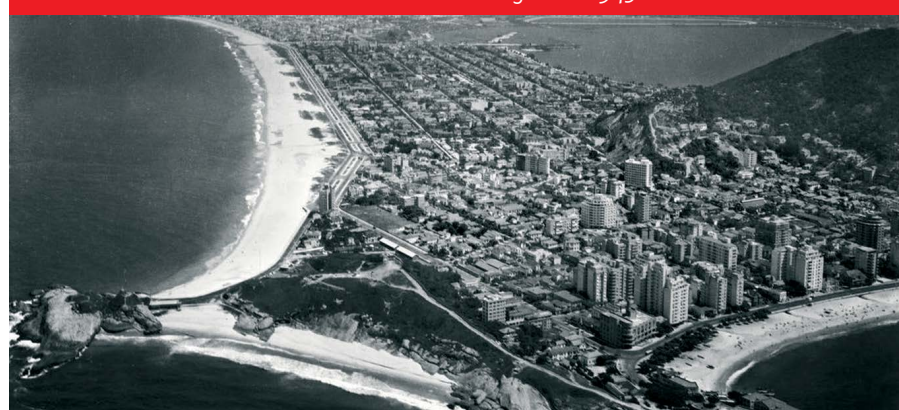
Ao adentrar o pátio de estacionamento se nos aparece o *gran finale*. Sendo domingo, pareceu-me estranho a área estar tomada por dezenas de pessoas da imprensa local, tanto do único jornal como das duas emissoras de rádio, além de curiosos e, evidentemente, dos familiares da jovem.

A alegria dos parentes e o agito da imprensa cercando a adolescente, deixaram-na bastante assustada e eufórica, permitindo assim que eu, discretamente, fosse me esgueirando e me dirigindo ao hangar, pensando em como preencher uma “ordem de missão” que “ainda seria expedida”, ou seja, um autêntico “faz de conta”.

Após os episódios, analisando friamente o desenrolar e o desfecho dos fatos, restou a imagem de que houvera todos os ingredientes necessários para dar tudo errado. Contudo, por obra e graça do acaso (ou do Espírito Santo), dera tudo certo, e para os que estavam alheios aos acontecimentos desde a origem, passando pelos desdobramentos até o desfecho final, certamente prevaleceu a certeza de uma missão “minuciosamente planejada” ■



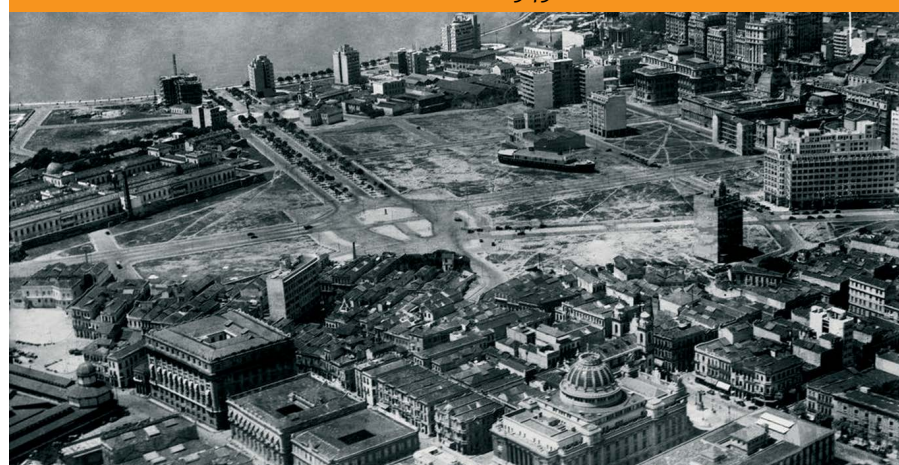
Avenida Presidente Vargas em 1945



Ipanema e Arpoador em 1943



Maracanã em 1949



A Esplanada do Castelo em 1936

Renato Grendelle
Jornalista

RIO

O objetivo era mapear o Rio pelo alto, encontrar locais de pouso e estudar deslocamentos possíveis durante uma guerra. O legado foi um olhar único da evolução de uma cidade que teima em desafiar a natureza e redesenhar seus contornos. Nas décadas anteriores à criação da Aeronáutica, durante a Segunda Guerra Mundial, alunos da Escola de Aviação Militar testemunharam algumas das maiores transformações urbanas da História da cidade. Entre aterros e morros demolidos, o Rio expandiu-se anarquicamente na base do bota-abixo.

Dezenas das fotografias aéreas, coletadas no Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial, estão no livro “O Rio pelo alto – 1930-1940”, organizado pela pesquisadora Patrícia Pamplona, que será lançado em dezembro pela editora ID Cultural.

Até 1941, a Aviação era considerada uma força auxiliar do Exército e da Marinha. Nos 20 anos anteriores, os soldados testemunharam como os quatro montes que rodeavam o Rio já não eram suficientes para conter a cidade. Viram o imenso vazio deixado pela demolição do Morro do Castelo, transformado em aterro no início dos anos 1920 para a construção de pavilhões. Do Santo Antônio sobrou apenas o necessário para sustentar um mosteiro e parte dos Arcos da Lapa. O São Bento e o da Conceição foram encobertos por edifícios.

O embate entre o homem e o ambiente pantanoso e cercado do Rio foi único – destaca Joaquim Marçal de Andrade, pesquisador da Divisão de Iconografia da

Antigo visto de cima

Biblioteca Nacional e professor de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio. – Nossa expansão foi marcada pelo “cresce lá, fura aqui, destrói morro”. E mantemos ainda hoje este jeitinho meio avacalhado de fazer as coisas.

O ranço do improvisado é comprovado pela sucessão de planos incompletos para a cidade. No início do século, desmontar o berço do Rio era considerado uma questão de higiene. O prefeito Pereira Passos criou em 1905 a Avenida Central, depois rebatizada Rio Branco. Urbanistas estrangeiros foram convidados pelos governos locais para participar da remodelação carioca. Alfred Agache, arquiteto do governo francês, veio ao Rio no fim da década de 1920. Seu projeto foi logo abortado por Getúlio Vargas, que, em 1944, emprestou seu nome a uma nova via do Centro. Para construí-la, passou por cima de 500 edificações e quatro igrejas.

– Um arquiteto não gostava do estilo adotado pelo anterior – conta Patrícia. – Um preferia estilo rico em adornos, outro era modernista. A História da cidade é feita aos soluços, derrubando e começando do zero, sempre de forma grandiosa e sem planejamento a longo prazo.

Sem o Castelo e com o início da formação de um aterro, que receberia o Aeroporto do Calabouço – hoje Santos Dumont –, o Centro do Rio daquela época começa a tornar-se reconhecível para os cariocas de hoje. As outras regiões da cidade, no entanto, ainda provocam estranhamento. Lar do presidente da República, o Catete dava *status* para quem morava ao lado de seu palácio. Conforme o espaço rareava, a Classe Média pegou o bonde para bairros mais afastados do litoral, como Laranjeiras e Cosme Velho. Mas

um imenso contingente preferiu morar em frente à praia. A especulação imobiliária empurrou o carioca para regiões que, antes, não passavam de areais.

– A Companhia Jardim Botânico, que em 1892 abriu o Túnel Velho (ligando as ruas Real Grandeza e Siqueira Campos), pediu, na década de 1930, para levar linhas de bonde para Copacabana, facilitando o acesso ao bairro. O intendente que negou o pedido foi demitido e seu substituto autorizou a obra na semana seguinte à sua posse – destaca Patrícia.

Multiplicação das favelas

Segundo a pesquisadora, a expansão de Copacabana foi “indomável”. No início da década de 1940, os prédios já ocupavam todo o bairro. Tanto a Princesinha do Mar quanto Ipanema – que não passava de um aglomerado de casas – e Leblon – ainda menos ocupado, estavam em franco crescimento. O Rio só poderia fluir se houvesse operários por ali.

– As favelas, então, se multiplicaram – lembra Patrícia. – Esta foi a solução criada pela sociedade e pelos governos para reduzir a distância e os custos da mão de obra. A Rocinha, por exemplo, nasceu durante este processo com a nossa convivência.

Nas décadas seguintes, as favelas seriam removidas para os confins das linhas férreas. A chegada dos trens e o mercado popular fizeram de Madureira, uma antiga fazenda, a capital do subúrbio. Mas os moradores da região eram alvo de preconceito. Afinal, o meio de transporte da elite da Zona Sul era o bonde.

– As áreas periféricas, onde, em muitas cidades, é o local bacana para morar,

ficaram para terrenos baratos, serviços piores e populações excluídas – lamenta Marçal. – O Rio é o único lugar no Brasil em que a palavra “subúrbio” é pejorativa.

De Madureira, a cidade andou para a Zona Oeste, ocupando, primeiro, Bangu e Santa Cruz. Nos anos 1960, o Rio chegou à Barra. Na época em que a Escola de Aviação sobrevoava a região, ela não passava de uma área de tiro e treinamento das forças militares.

Patrícia destaca que as fotografias do livro são de um período imediatamente anterior à chegada de carros e construção de viadutos. O automóvel sacrificou paisagens como o Rio Comprido, que tinha clima de cidade do interior até o erguimento do Elevado Paulo de Frontin, em 1971.

O Rio tornou-se grande demais para pensar em transporte público:

– A mobilidade urbana não foi pensada. A impressão é que existe o plano do “dane-se”. Como se as pessoas dissessem que podem colocar mais carros nas ruas porque, até a cidade ficar intransitável, elas não estarão mais vivas.

Marçal ressalta que, embora a cidade tenha preservado uma grande área verde, deixou prédios e viadutos engolirem patrimônios históricos.

– Ainda temos uma grande extensão da Mata Atlântica, distribuída entre a Floresta da Tijuca e o Parque Estadual da Pedra Branca – pondera. – Mas foi uma pena perder o velho mercado da Praça XV, que hoje está na Cadeg, em Benfica, e, também, algumas características originais do Grajaú, um projeto francês de urbanização. Na época retratada pelos militares, o Rio ainda se preparava para entrar nos Anos Dourados, a melhor fase da nossa cidade. Hoje ela está muito maltratada ■

Fotos: acervo Museu Aeroespacial

TRANSPLANTE DE FEZES

CONHEÇA A IMPORTÂNCIA DO MICROBIOMA DE SEU INTESTINO

Maj Brig Méd Ricardo Luiz de G. Germano
rlgermano@hotmail.com

Todas as cavidades naturais do corpo humano (boca, faringe, fossas nasais, ouvidos externos, laringe, traquéia, brônquios, esôfago, estômago, intestino delgado, intestino grosso, vagina, ânus) e até mesmo a superfície dérmica, possuem um microbioma, composto em sua maioria por bactérias; sendo que existem também fungos, vírus, protozoários e até artrópodes (no caso da pele).

Cerca de cem bilhões de microrganismos formam este bioma. Existe uma proporção de dez destes para cada célula do corpo. Este bioma, quando rico em sua diversidade, tem mostrado grandes vantagens para o conjunto do corpo que está em contato com o mesmo.

Neste artigo, abordaremos o microbioma presente no ambiente intestinal (tubo com cerca de sete metros de extensão), sendo que o mesmo predomina no intestino grosso. Conforme referido acima, no microbioma predominam as bactérias e quanto maior diversidade houver, mais saudável tende a ser o corpo que o possui. Chamamos a esse bioma de rico e caracteriza-se aí uma "eubiose". Por outro lado, podemos encontrar um bioma pobre em diversidade com um ser, portador do mesmo, bem menos saudável, caracterizando uma "disbiose".

Em condições saudáveis (EUBIOSE), encontraremos acima de mil espécies de

microrganismos no intestino grosso (com grande predominância de bactérias). O peso deste bioma é em torno de um quilo e meio. Estes microrganismos vivem em equilíbrio com o ser que os porta, trazendo vantagens importantes para o mesmo, quando se trata do bioma com boa diversidade. Dentre estas vantagens temos: ajuda na digestão de alimentos, produção de substâncias úteis para o organismo (serotonina, dopamina, certas vitaminas, etc.), defesa da parede intestinal por aderência à mesma, modulação imunológica do organismo (o microbioma rico é importante no equilíbrio desta modulação, evitando a hiporeação, assim como a hiperreação).

O microbioma começa a formação ainda na vida intrauterina, porém, o passo mais importante para a sua formação é o parto. A passagem pelo canal vaginal é fundamental para a formação do microbioma. E por isso, em alguns hospitais americanos e canadenses é feita a inoculação de extrato vaginal das mães em recém-nascidos por cesarianas). Com a variação da alimentação, assim como da exposição ambiental, a diversidade do microbioma aumenta. Aos três anos de idade esta diversidade é 40 a 60% semelhante à de um adulto.

ASSOCIAÇÕES ENTRE CONDIÇÕES PATOLÓGICAS E MICROBIOMA POBRE

Existem condições patológicas em que esta relação está bem estabelecida. Dentre elas temos: obesidade, diabetes

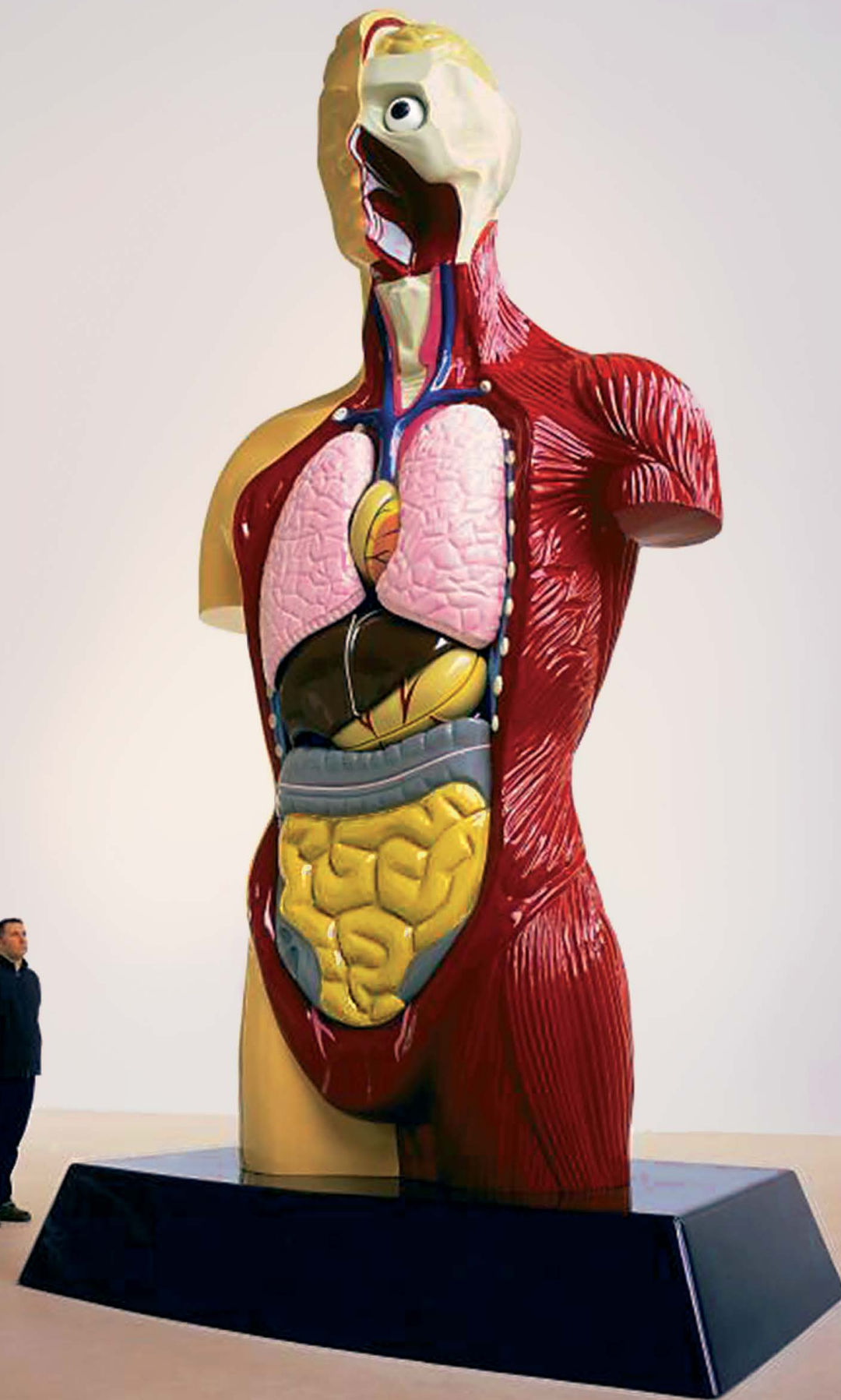
mellitus tipo II, aterosclerose, assim como aumento da atividade inflamatória. Ocorrem, ainda, vários procedimentos terapêuticos com intervenção no microbioma, além das bem estabelecidas, já citadas acima. Dentre estas, temos: doenças inflamatórias intestinais (doença de Crohn, reto-colite ulcerosa), gastroenterites infecciosas, colite por clostridium difficile, doenças autoimunes, depressão/ansiedade, autismo, doença de Alzheimer e até câncer de reto-cólon.

COMO PODE SER REALIZADA A TERAPIA

O tratamento pode ser realizado com a ingestão de concentrado de bactérias (probióticos) ou de substâncias que facilitarão o crescimento de determinadas bactérias (prébióticos). Outro modo que vem sendo muito usado é o transplante de fezes (alteração mais completa de bioma). A técnica do transplante de fezes, consiste de:

- recolhimento de fezes de um doador saudável;
- mistura com sal e congelamento;
- após descongelamento é feita transferência para o intestino, via sonda nasogástrica ou colonoscopia. Últimamente comprimidos e cápsulas têm sido produzidos a partir de fezes humanas. (será uma boa alternativa).

Sendo assim, tem sido crescente a abordagem terapêutica no microbioma para uma série cada dia maior de patologias ■



DIGNIDADE OU

De como nossos políticos conseguiram contestar o filósofo Immanuel Kant

Os dicionários definem Dignidade como sendo honestidade; isto é, a integridade em suas crenças e ações. Seus principais sinônimos, dentre outros, são: Honra, Altivez, Brio, Respeitabilidade, Honestidade e Integridade.

Os estudos acerca da Dignidade podem contemplar, usualmente, quatro vertentes: filosófica, biológica, psicológica e ética. Para a finalidade deste texto, ficaremos apenas com a filosófica.

Relativamente à vertente filosófica, o filósofo Immanuel Kant (1724-1804) estabeleceu, como princípio da Dignidade Humana, a segunda fórmula do imperativo Categórico: “Age de tal forma que trates a humanidade, tanto na tua pessoa quanto na de qualquer outro, sempre também como um fim e nunca unicamente como um meio”. Tal imperativo estabelece, portanto, que todo homem, como fim em si mesmo, possui um valor não relativo (como um preço, por exemplo), mas intrínseco; isto é, a dignidade.

Em sua obra “Fundamentação da Metafísica dos Costumes”, Kant afirmou que os indivíduos deveriam ser tratados como um fim, em si mesmos, e não como um meio. O princípio que formulou, naquela ocasião, dizia: “No reino dos fins, tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando algo tem um preço, pode ser substituído por alguma coisa equivalente. Por sua vez, aquilo que se acha acima de todo preço, não admitindo assim nenhuma equivalência, compreende uma dignidade”. A moralidade, portanto, é a condição da dignidade do homem, e moralidade e humanidade

eram as únicas coisas que não possuíam preço, no entendimento do filósofo.

O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana constitui, na atualidade, o princípio maior de todo Estado Democrático de Direito. Em nosso país, este princípio consta da relação dos Direitos Fundamentais inseridos na Constituição de 1988.

Infelizmente, os exemplos fornecidos por grande parte de nossos políticos, em passado recente e no presente, jogam por terra as postulações de Kant mencionadas anteriormente.

O triste episódio da nossa História Política envolvendo inúmeros políticos e partidos, mais conhecido como ‘Mensalão’, além do episódio da delação premiada de ex-diretor de uma empresa estatal, serviram para demonstrar, claramente, que a Dignidade, a Moralidade e a Humanidade são coisas que, na verdade, ao contrário do que afirmava Kant, têm seus preços entre os políticos; em alguns casos muito elevados, mas em outros muito reduzidos.

Segundo apurou a Justiça, inúmeros políticos, nos quais o povo havia depositado toda a sua confiança futura e esperava, em retribuição, mandatos voltados para a solução dos graves problemas econômicos, sociais, tecnológicos, militares, infra-estruturais, educacionais e de saúde que assolam nosso país, dedicaram-se, quase que exclusivamente, a dilapidar, em benefício próprio e de seus partidos, as riquezas geradas por empresas estatais e os recursos arrecadados pelo governo com a cobrança de impostos. Verdadeiras quadrilhas constituídas por políticos, de

vários partidos, durante muitos anos, colocaram seus mandatos populares em leilão, transformando as casas onde deveriam legislar com Dignidade em um simples balcão de negócios. Nepotismo, malversação de verbas, concorrências fraudulentas, advocacia administrativa, concussão, falsidade ideológica, venda de pareceres e de apoio político, desvio de recursos, tráfico e contrabando de divisas, etc., eram vistas como coisas comuns, que faziam parte do dia a dia de muitos deles. Associados com membros do Executivo e do Judiciário, além de vários empresários, superfaturavam os valores de obras públicas (muitas delas supérfluas) e dividiam, entre eles, este excesso custeado com dinheiro público, dinheiro este que faltava em setores como saúde, saneamento, educação e segurança.

O preço de suas Dignidades variava, segundo a importância dos ‘serviços’ que prestavam à quadrilha ou aos valores que, eles próprios, atribuíam às suas dignidades.

Durante o período em que os quadrilheiros reinaram insuspeitos, milhares de crianças foram vítimas inocentes, logo na primeira infância, da contumaz falta de verbas na Saúde, verbas estas desviadas para as contas de muitos daqueles políticos, no país e no exterior (o termo político, que utilizo, abrange também membros do executivo que são vinculados a partidos políticos, bem como a políticos ocupando cargos executivos). Milhares de trabalhadores, de idosos, de deficientes morreram e padeceram, diariamente, em nossos

“Se você agir sempre com dignidade, talvez não consiga mudar o mundo, mas será um canalha a menos”.
J. F. Kennedy

hospitais – carentes, de modo crônico, de profissionais da saúde, de equipamentos e de materiais. As verbas que possibilitariam um atendimento digno a estes brasileiros, com toda a certeza, jazem em contas bancárias particulares (muitas com nomes fictícios) espalhadas por todo o mundo, sem levantar suspeitas. Cidadãos foram roubados, feridos e mortos, diariamente, em razão da tradicional deficiência de meios e de pessoal de nossas polícias. Trabalhadores não conseguiram emprego, em razão da falta de treinamento profissional e de uma escolaridade deficiente no primeiro e no segundo graus. Recursos financeiros não faltavam, pois dezenas de grandes estádios de futebol foram construídos, nestes últimos anos, consumindo cerca de trinta bilhões de reais em obras que foram consideradas superfaturadas, segundo notícias da imprensa. Quando o governo e os políticos querem, as verbas aparecem, principalmente para serem por eles desviadas. Não há, pois, como esperar Dignidade, Moralidade e Humanidade de pessoas que já as negociaram no mercado do crime.

Em um contexto como este nosso – muito diferente daquele da Königsberg, na antiga Prússia, na qual Kant lecionou e da qual nunca saiu – a Dignidade, a Moralidade e a Humanidade têm, sim, seus preços estabelecidos em balcões, como bem demonstraram nossos políticos. Muitos as venderam por bem mais do que valiam, superfaturando-as também. Outros políticos, pobres coitados, venderam as suas por alguns míseros trocados... ■



Cristovam Buarque
Professor emérito da UnB
e ex-Senador

Emancipação da política

O Brasil chega a 200 anos de sua emancipação política sem conseguir fazer a emancipação de sua política.

Nossa política está prisioneira do elevadíssimo custo de campanha, que amarra a eleição à disponibilidade de recursos financeiros. Conforme o TSE, em 2014 foram gastos cerca de R\$ 74 bilhões por 25 mil candidatos. Para 1.689 eleitos, o custo foi de cerca de R\$ 3 milhões por candidato, R\$ 43,8 milhões por eleito, mais de R\$ 500 por eleitor.

Por causa deste elevado custo, a política está prisioneira do sistema de financiamento. O candidato precisa ter acesso a fontes que amarram os eleitos, comprometendo-os com os interesses dos financiadores.

A terceira amarra são os institutos de pesquisas e os marqueteiros. Os primeiros dizem o que o candidato deve falar; os outros como falar, qual a mídia a ser utilizada, a mentira a ser construída. Os institutos também amarram os eleitores ao apresentar resultados que indicam vencedores antes da data.

Esta eleição mostrou que estamos prisioneiros da mitologia de que alguns são de esquerda e outros de direita, quando na realidade as coligações e os partidos são todos igualmente desideologizados.

Uma quinta prisão são os programas assistenciais que amarram os votos de seus beneficiários aos candidatos que conseguem se apropriar da paternidade do programa e dá garantia de que ele será mantido. O assistencialismo amarra os opositores ao risco de que, se eleitos, paralisarão o programa, e aos situacionistas porque se transformam em partidos que dependem da continuação da miséria para conseguirem os votos que precisam. A emancipação dos pobres emanciparia a política, desmoralizando os donos dos programas assistencialistas.

Sexta prisão é o silêncio dos intelectuais, paralisados na reverência ao poder, incapazes de oferecer alternativas que sirvam de base a propostas de reformas sociais que, ao emancipar o povo, emanciparia a política.

Sétima amarra é a cooptação, por compra de agentes políticos, como no caso do mensalão, ou por financiamento e beneficiamento a ONGs, sindicatos e associações.

A oitava prisão é o aparelhamento do Estado pelo partido no poder. Pela tradição de tratar o Estado como propriedade das elites no poder, cada vez que muda o governo costuma-se nomear dezenas de milhares de pessoas para empregos públicos, aprisionando a política à necessidade de sobrevivência dos servidores empregados, dependentes da continuidade.

Se quisermos emancipar a política, antes do segundo centenário da emancipação política, serão necessárias duas ações. A primeira é uma revolução educacional que permita emancipar o povo de dependência de auxílios, para que o eleitor possa votar sem dever favor ao partido no poder.

A segunda é uma reforma radical na maneira como a política é feita, derrubando cada uma das amarras. A primeira depende de tempo, a segunda da vontade dos eleitos amarrados. Por isso, dificilmente haverá tempo para emancipar a política, antes do bicentenário da emancipação política ■

